


POSIÇÕES E DIVISÕES NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA: EXPLICANDO SUA PRODUÇÃO ACADÊMICA

View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you by  CORE

provided by Biblioteca Digital de Periódicos da UFPR (Universidade Federal do Paraná)

Fernando Baptista Leite

RESUMO

O artigo é um estudo preliminar, exploratório, da história da Ciência Política brasileira. Buscamos fornecer subsídios para identificar as razões históricas por trás dos dois princípios de divisão da produção acadêmica da Ciência Política contemporânea: o contínuo teórico-empírico e o contínuo politicismo-societalismo. Em primeiro lugar, apresentamos o esquema teórico utilizado para interpretar a história da Ciência Política brasileira. Aproveitamos tal apresentação para discutir algumas questões teóricas importantes, especialmente de ordem conceitual. Em segundo lugar, apresentamos a hipótese de pesquisa, construída à luz daquele esquema, a fim de fornecer uma direção para a elaboração da explicação histórica. Enfim, com essa hipótese em mãos e utilizando algumas evidências bibliográficas, antecipamos uma interpretação provisória. Essa interpretação baseia-se nos seguintes eixos: o processo de institucionalização e o processo de autonomização do campo da Ciência Política, dividido em dois tipos, a autonomização cultural (de valores, teorias, métodos etc.) e a institucional (que se refere ao processo de institucionalização da disciplina), que envolvem um conflito mais ou menos explícito entre distintas visões de ciência política.

PALAVRAS-CHAVE: *Ciência Política brasileira; história da Ciência Política; intelectuais; princípios de divisão; visões de ciência política.*

I. INTRODUÇÃO

Este trabalho é parte de uma pesquisa que tem por objetivo fazer uma “radiografia” do campo da Ciência Política brasileira contemporânea, identificando sua estrutura, e elaborar uma explicação desta, identificando fatores responsáveis por gerá-la. Tratando-se de um longo e complexo empreendimento, dividimo-lo em duas etapas: a primeira, de caráter predominantemente descritivo, consiste em identificar e descrever estatisticamente a estrutura da ‘fração superior’ da *produção acadêmica*¹ da Ciência Política brasileira contemporânea²; a segunda, de caráter predominantemente explicativo, além de expandir

o alcance descritivo da primeira, incluindo as principais instituições acadêmicas, propõe uma explicação para a situação identificada.

Concluimos, no presente momento, a primeira etapa. Utilizando métodos estatísticos, codificamos e mapeamos a produção acadêmica e, neste processo, identificamos a existência de correspondências e correlações entre periódicos, abordagens teórico-metodológicas e áreas temáticas (entre outros elementos). Os dados assim sugeriram-nos que a produção acadêmica da Ciência Política brasileira segue padrões de proximidade e distanciamento, a partir dos quais inferimos a existência de divisões e oposições entre seus elementos culturais³. O gráfico a seguir é um fragmento especialmente ilustrativo desse

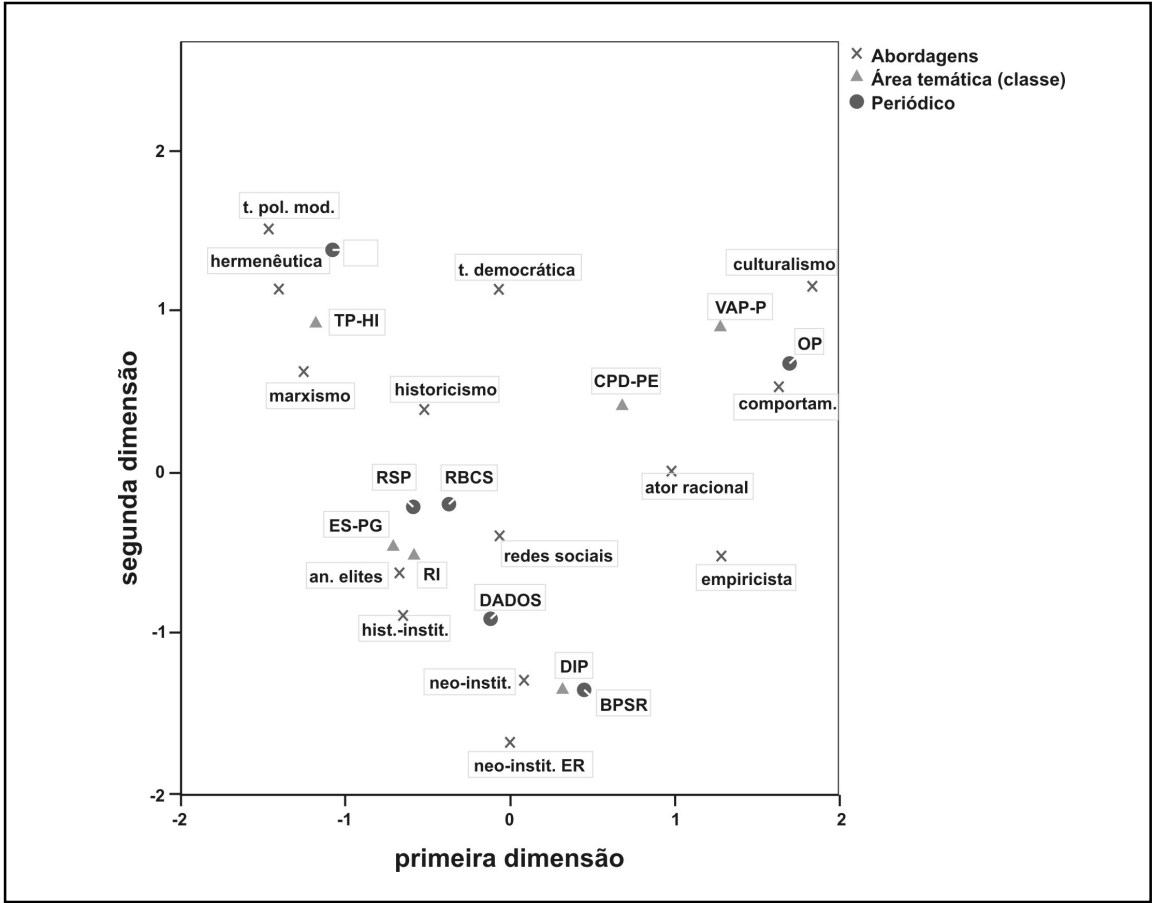
¹ “Produção acadêmica” é uma forma específica de produção cultural (BOURDIEU, 2004, p. 105), própria dos campos acadêmicos. Há vários meios por meio dos quais tal produção é difundida, em especial, livros, artigos e trabalhos apresentados em congressos. Por limitações operacionais, restringimo-nos, na primeira etapa, aos artigos publicados em periódicos.

² “Contemporâneo” refere-se ao período que vai do início de 2004 ao fim de 2008.

³ Os resultados completos, acompanhados de seu desenvolvimento, ainda serão publicados. Até que isso ocorra, eles podem ser conferidos em minha dissertação de mestrado (LEITE, 2010). Nesta, assim como no futuro trabalho, mostramos como a produção organiza-se e provamos a hipótese dos contínuos “teórico-empírico” e “politicismo-societalismo”, que mencionaremos a seguir.

mapeamento. Nele, confere-se o grau de correspondência entre periódicos, abordagens e áreas temáticas, representada por meio de distâncias em um plano cartesiano.

GRÁFICO 1 – DISTÂNCIAS (CORRESPONDÊNCIA) ENTRE PERIÓDICOS, ABORDAGENS E ÁREAS TEMÁTICAS



FONTE: O autor.

NOTAS:

- 1. Alfa de Cronbach de 0,819 para a primeira dimensão e 0,779 para a segunda; inércia de 0,734 e 0,694, respectivamente.
- 2. Significado das siglas: a) *Periódicos*: LN = Lua Nova; OP = Opinião Pública; RSP = Revista de Sociologia e Política; RBCS = Revista Brasileira de Ciências Sociais; b) *Áreas temáticas*: TP-HI = Teoria política, análise de conceitos e história das idéias; VAP-P = Valores, atitudes, participação e política; CPD-PE = Comunicação política, democracia e processos eleitorais; ES-PG = Estado, sociedade e políticas de governo; DIP = desempenho das instituições políticas e sua influência sobre a qualidade da democracia e dos processos de governo; RI = Relações internacionais; c) *Abordagens*: t. pol. mod. = teoria política moderna; comportam. = comportamentalismo; an. elites = análise/teoria de elites; hist.-instit. = histórico-institucionalismo; neo-instit. ER = neo-institucionalismo de escolha racional.

Investigando esses padrões, inferimos que as dimensões da produção acadêmica da Ciência Política brasileira sejam (1) o contínuo “teórico-empírico” e (2) o contínuo “politicismo-societalismo”⁴, sendo estes, pois, entre outros

possíveis, os fatores responsáveis por organizar a produção.

⁴ O contínuo “teórico-empírico” é formado pelas seguintes variáveis: (1) a natureza do *objeto* estudado (que pode ser

empírico, no caso de o objeto consistir em um “observável direto” ou “indireto” (KAPLAN, 1964, p. 54-55) ou *simbólico*, no caso de consistir em constructos mentais ou idéias); (2) a natureza das *evidências* apresentadas (que podem ser bibliográficas (textos ou idéias de outros autores)

Tal constatação é precisamente o ponto de partida do presente trabalho. Ele consiste em um estudo exploratório da história da Ciência Política brasileira. Temos o intuito de fornecer alicerces para uma interpretação que identifique as causas e motivos que deram forma à sua produção acadêmica contemporânea, isto é, os *fatores históricos* responsáveis por produzir os contínuos-dimensões que estão efetivamente organizando a produção contemporânea em Ciência Política. Quais os principais *agentes, visões e circunstâncias objetivas* responsáveis pelas dimensões atuais da produção da Ciência Política brasileira?

Para isso, em primeiro lugar apresentamos o esquema teórico utilizado para interpretar a história da Ciência Política brasileira; a “lente” utilizada para decodificar os documentos consultados e atribuir significado a eles. Aproveitamos tal apresentação para discutir algumas questões teóricas importantes, especialmente de ordem conceitual. Em segundo lugar, apresentamos a hipótese de pesquisa, construída à luz daquele esquema, a fim de fornecer uma *direção* para a elaboração de uma explicação histórica. Enfim, com essa hipótese em mãos e utilizando algumas evidências bibliográficas, antecipamos uma interpretação provisória. Essa interpretação baseia-se nos seguintes eixos: o processo de *autonomização* do campo da ciência política, dividido em dois tipos, a *autonomização cultural* (de valores, teorias, métodos etc.) e a *institucional* (que se refere ao processo de *institucionalização* da disciplina), que envolve um conflito mais ou menos declarado entre distintas *visões* de ciência política.

II. REFERENCIAIS TEÓRICOS

II.1. Elementos fundamentais

Jean Leca (1982) fornece-nos um referencial teórico geral para estabelecer quais fatos são relevantes e reconstruir os fatores determinantes. Em seu trabalho, Leca aplica um esquema teórico de inspiração bourdieusiana no intuito de descobrir a dinâmica social que rege a produção acadêmica da ciência política francesa e que determina sua

situação no “campo de produção cultural”⁵. Assim, seu artigo estrutura-se sobre três pilares: 1) a aplicação do conceito de “mercado”⁶ para analisar a situação da ciência política francesa; 2) a descrição de elementos de sua história, considerados importantes para esclarecer sua situação no “campo intelectual” francês; 3) uma breve análise de sua situação, feita a partir de considerações sobre sua dinâmica interna e externa.

É essa idéia de “dinâmica interna e externa” que nos é fundamental. *Grosso modo*, analisar a *dinâmica interna* consiste em analisar o arranjo institucional sobre o qual o campo se sustenta, a estrutura de agentes que o povoam e o conteúdo dos bens simbólicos (valores; constructos sociais) correntes. Analisar a *dinâmica externa*, por sua vez, consiste em analisar as relações com outros campos – relações que podem ser de *dependência* (heteronomia) ou de *independência* (autonomia). Dá-se atenção àqueles campos que, acredita-se, relacionam-se com o campo em questão (e. g., o da ciência política), potencialmente influenciando-o. O terceiro passo consiste em articular a dinâmica interna com a externa, no intuito de reproduzir teoricamente os movimentos que ocorrem no interior dessas divisões sociais. Supõe-se que o que ocorre “dentro” depende do que ocorre “fora”, em função do *grau* de autonomia (ou heteronomia) do campo em questão.

Assim, Leca defende que uma análise adequada da ciência política francesa precisaria considerar as relações entre esta (seu “mercado” e sua “produção cultural”) e (1) o campo da ciência política internacional; (2) o “sistema nacional de pesquisa” do qual depende (por meio de vínculos e constrangimentos institucionais); (3) os “bens culturais gerais”, especialmente o “campo intelectual” e (4) o campo político propriamente dito.

⁵ Refere-se ao conjunto de campos, em uma determinada sociedade, que se orientam para a produção de bens propriamente simbólicos, sendo regidos por uma lógica não econômica (em relação à lógica do campo econômico) (BOURDIEU, 1996, p. 168-198; 2004).

⁶ Um sistema de relações, de trocas de bens simbólicos e/ou materiais e de competição entre agentes que determinam posições e valores em jogo e que condicionam a prática desses agentes. Entendemos o termo como um sinônimo de “campo”.

ou empíricas (quantitativas e/ou qualitativas)). Rotulamos de *teorista* o trabalho que apresentar evidências bibliográficas e abordar um objeto simbólico e de *empirista* aquele que apresentar evidências empíricas e abordar um objeto, também, empírico.

O raciocínio por trás da proposta de Leca pode ser aplicado ao caso brasileiro. Pensa ele existir um “mercado” de ciência política, que este possui uma lógica (“economia”) específica, e que esta, por sua vez, está ligada a outros mercados que a influenciam, podendo, no limite, *depend*er deles. Acreditamos que esses princípios também se apliquem ao caso da ciência política⁷ brasileira, variando, obviamente, a configuração de campos com os quais ela relaciona-se (ou relacionou-se) e, possivelmente, a forma que essas relações tomam (ou tomaram) ao decorrer do tempo. Variação esta que se daria historicamente.

Uma tarefa dessa magnitude supera os recursos da primeira etapa. Por isso, utilizamos a proposta de Leca para construir hipóteses de alcance mais limitado. Buscamos pensar nos campos com os quais se relacionou a Ciência Política brasileira, em suas circunstâncias específicas, e que contribuíram de alguma forma para determinar o que ela é hoje. Assim, prestamos atenção (1) às relações entre frações estratégicas da Ciência Política, à luz das influências de outras disciplinas acadêmicas, e (2) às influências propriamente políticas, manifestadas por aquelas frações em seus posicionamentos intelectuais e acadêmicos.

Ao analisar essas relações e influências, pensamos em termos de relações de *autonomia* e *heteronomia* entre a Ciência Política e outros campos. Ou seja, reconstruímos a história da

Ciência Política brasileira nos termos de um processo de *autonomização* social, que supõe, em paralelo, um processo de *institucionalização*.

II.1.1. Institucionalização, autonomização e profissionalização

Uma palavra quanto ao sentido em que empregamos esses termos. Institucionalização é o processo de estabelecimento de regularidades sociais, isto é, procedimentos tácitos ou explícitos (codificados) que orientam a ação dos indivíduos, tais como regras, normas e valores sociais. Em uma linguagem mais técnica, “princípios de visão” e de “divisão” (BOURDIEU, 2003, p. 229-231). As organizações (corpos hierarquizados de funcionários especializados) são formas burocratizadas de instituições. Autonomização é o processo de institucionalização, adicionado das características da especificidade e irredutibilidade: instituições que passam *progressivamente* a obedecer a uma lógica *específica*. E outras palavras, que passam, progressivamente, a ‘refratar’, ‘reprocessar’ constrangimentos, influências ou estímulos de campos externos.

No que se refere à relação entre institucionalização, profissionalização e grau de autonomia: institucionalização e profissionalização são fenômenos necessários para que o campo da Ciência Política seja relativamente autônomo em relação a outros campos, em especial o campo político⁸, aos outros campos acadêmicos e ao campo intelectual. Também não estabelecemos, em princípio, qualquer relação causal entre institucionalização e profissionalização, mas supomos (1) que a ciência política não pode profissionalizar-se sem institucionalizar-se em determinado grau e (2) que a profissionalização contribui para a institucionalização da disciplina. Ambos são necessários para aprofundar o processo de autonomização da Ciência Política, ou melhor, para aumentar sua autonomia em relação a outros campos.

No que se refere à relação teórica entre autonomização e institucionalização, é preciso sublinhar: um campo pode institucionalizar-se sem, contudo, tornar-se “autônomo”. A institucionalização de um campo é uma condição

⁷ Quando usamos o termo “Ciência Política”, em caixa alta, referimo-nos à disciplina institucionalizada com este nome. Quando aplicamos o termo “ciência política”, em caixa baixa, referimo-nos ao estudo acadêmico do “político”, que pode abarcar várias disciplinas. Assim, o primeiro refere-se ao que existe e ocorre dentro de fronteiras institucionais explícitas e o segundo a uma prática generalizada que possui *algo em comum* (o estudo do “político”). Utilizamos também as expressões *pensamento político* e *reflexão política* para indicar uma prática generalizada de abordagem erudita do “político”, mas não acadêmica. O mesmo vale para qualquer outra disciplina: Sociologia para a disciplina institucionalizada, sociologia para a prática acadêmica dedicada ao estudo da “sociedade” ou dos fenômenos sociais e pensamento social para a abordagem erudita generalizada e não acadêmica destes. Quando aplicamos aspas em nomes de disciplinas, ressaltamos o sentido de “o que se chama de”. Essas distinções são importantes, pois, como se verá no próprio caso brasileiro, um campo de ciência política nem sempre corresponde ao campo de Ciência Política, pois este limita-se aos produtos vinculados ao arranjo institucional acadêmico que leva esse nome.

⁸ Farr (1988) apresenta fortes indícios da relação entre maior profissionalização acadêmica e menor influência política na Ciência Política.

necessária para a “autonomia” de um campo, mas não é por si só garantia disso: um campo pode autonomizar-se institucionalmente, mas manter-se culturalmente dependente de campos externos. Ademais, é impreciso dizer que um campo qualquer é “autônomo”: um campo qualquer é, sempre, *relativamente* autônomo. Isso significa que o campo que julgamos ser “autônomo” é irredutível aos valores e ao funcionamento de determinados campos externos, bem com resistente às suas investidas. Esse cuidado de nomenclatura baseia-se no pressuposto de que um campo é sempre autônomo *em relação* a um ou mais campos. Assim, um campo *x* pode ser autônomo em relação ao campo *y*, mas heterônomo em relação ao campo *z*; idealmente, autônomo em relação a todos os campos exteriores. Assim, quando dizemos que um campo é autônomo, sem especificar em relação a quê, sugere-se que ele parece “fechado em si mesmo”, sendo altamente resistente, tanto por sua “lógica imanente” como pelas resistências conscientes de seus agentes, a quaisquer demandas ou constrangimentos externos.

II.2. Um esquema da produção acadêmica de Ciência Política

Apresentar-se-á, a seguir, um conjunto de hipóteses de trabalho⁹, a partir das quais norteamos a pesquisa e construímos hipóteses de pesquisa¹⁰.

II.2.1. Dimensões principais da produção

A nosso ver, há, pelo menos, duas importantes dimensões responsáveis por dar forma à produção

acadêmica da Ciência Política, sendo imprescindíveis para compreendermos sua trajetória, sua história.

A primeira é a *definição do objeto de estudo*, isto é, a *maneira* de se *definir* “político”. Trata-se da adesão a uma determinada visão do que deve ser o objeto legítimo da ciência política. A segunda é a *maneira* de se *abordar* o objeto. Trata-se da eleição dos métodos e abordagens considerados legítimos.

Da segunda dimensão poderiam derivar *n* elementos potencialmente relevantes. No que se refere à ciência política, achamos que ela compõe-se especialmente (1) de diferenças relativas ao método e ao estilo de pensamento e (2) da *ordem* de fatos mobilizada para explicar ou descrever o objeto. No que se refere ao primeiro elemento, podemos mencionar diferenças de abordagem como a escolha de métodos quantitativos, qualitativos ou ambos, e, dentro deles, de técnicas específicas; a predileção por um determinado referencial teórico, um determinado autor; por uma abordagem de caráter mais empírico ou mais teórico; por um determinado estilo, como o ensaístico, erístico ou formal¹¹, para mencionar

é comprovada, diz-se que ela constitui um fato ou uma lei, conforme seja particular ou geral o seu conteúdo. Alcançamos, literalmente, uma conclusão: a investigação e o processo de deliberação que desembocam no resultado estão concluídos” (*ibidem*).

⁹ “A hipótese de trabalho não é uma adivinhação a respeito do enigma, uma conjectura a respeito de qual possa ser sua resposta. É uma idéia, não acerca do resultado da investigação, mas acerca dos passos que seja conveniente dar em seguida. Por meio da hipótese de trabalho formula-se uma convicção quanto ao curso da investigação, convicção que, entretanto, não diz, necessariamente, respeito a seu fim último. Podemos também fazer certas presunções – proposições que não correspondem absolutamente a uma asserção – com referência à solução ou à situação problemática em si mesma. Uma presunção é afirmada com o único propósito de testar suas consequências (quando combinada a certos supostos e recursos). [...] Frequentes vezes, os chamados ‘modelos’ consistem, em boa porção, de presunções neste sentido” (KAPLAN, 1964, p. 88).

¹⁰ “Corresponde ao que imaginamos seja a verdade no que respeita à questão em foco e, a partir daí, organizamos a investigação de modo a facilitar a decisão a respeito da correção da conjectura. [...] Quando a hipótese de pesquisa

¹¹ Definimos o estilo ensaístico como um subtipo do “estilo acadêmico”. Kaplan (*idem*, p. 259-260) caracteriza este como um estilo mais abstrato e geral que o estilo literário. É marcado por uma preocupação com a *precisão conceitual*, apresentando um uso mais técnico das palavras, no qual assumem sentidos especiais e formam um vocabulário técnico, gerando expressões padronizadas que formam “o jargão próprio da disciplina”. Os “materiais” com que se trabalha tendem a ser “ideados”, antes de “observacionais”, sendo altamente “teórico”, senão “puramente especulativo”, partindo de grandes princípios aplicados a casos específicos que ilustram as generalizações. No estilo erístico (*idem*, p. 261), o foco de interesse consiste em provar proposições, e não “demonstrar possibilidades cognitivas em perspectivas amplas” (que é característica do estilo acadêmico). No estilo erístico é grande a importância de dados experimentais e da estatística. Há atenção especial com as relações de dedução, havendo, eminentemente, “derivações lógicas estabelecidas a partir de proposições previamente colocadas ou explicitamente admitidas” (*ibidem*). Tende-se a distinguir claramente entre enunciados empíricos, substantivos ou puramente lógicos,

alguns. Considerarmos esse conjunto de características na hipótese de pesquisa e na análise histórica. Por enquanto, vamos ater-nos ao segundo tópico.

Entendemos uma ordem como um conjunto determinado de fatos, de uma determinada natureza em comum (ou assim suposto), que produz outros fatos, isto é, são seus fatores determinantes (ou, que conferem a estes fatos atributos reconstruídos pelo analista). Como exemplo, poderíamos pensar nos “reinos” (biológico, psicológico e social) dos quais fala Durkheim (2004).

O fato estudado é, portanto, o *objeto*, enquanto o fator de explicação ou compreensão (fator analítico) é a ordem. Assim, pode-se dizer que a produção da Ciência Política tem dependido de duas questões fundamentais: 1) *o que se estuda* e 2) *como se estuda*. ‘O que se estuda’ refere-se ao objeto, enquanto ‘como se estuda’, à maneira como ele é abordado, isto é, à ordem, em especial¹². Esses dois elementos compõem o que chamamos de *visão de ciência política*¹³.

II.2.1.1. Relação entre objeto e ordem: a questão da autonomia do objeto

Algo muito importante para a Ciência Política são as relações que se estabelecem entre a definição do objeto e a escolha da ordem mobilizada para abordá-lo – o que nos conduz à questão da “autonomia” concedida, pelo analista, a seu objeto de estudo.

e as definições são freqüentes e geralmente apresentadas de forma explícita. Já o estilo formal é próprio das análises de matemática pura, apresentando um alto grau de abstração, interessado estritamente nas relações lógicas estabelecidas, em vez do conteúdo empírico das variáveis.

¹² Reconhecemos que a passagem de ‘maneira de abordar o objeto’ para uma ‘ordem de fatos’ não é uma passagem automática, algo que podemos *necessariamente* deduzir: ora, há outras maneiras de abordar o objeto. Acreditamos que a ‘ordem’ seja o elemento principal por causa de nossa pesquisa histórica, cujos resultados atuais serão apresentados na seção IV. Rigorosamente, tal importância deve ser provada – o que acreditamos não ter sido feito no estágio atual da pesquisa.

¹³ Outra forma de entender a questão, possivelmente mais esclarecedora, seja pensar no objeto como o conjunto de fatos que constituem “variáveis dependentes” e na ordem mobilizada para estudá-los como as “variáveis independentes”.

Em primeiro lugar, é preciso sublinhar que tanto o objeto como a ordem são, concretamente, conjuntos de fatos de uma determinada natureza. A única – e importante – diferença reside em que, enquanto o objeto é *abordado* (o que se quer explicar ou compreender) a ordem é o que se utiliza para *abordar* (o que explica ou o que permite compreender).

Assim, na ocasião de a natureza dos fatos mobilizados para explicar corresponder à natureza daqueles que se quer explicar, isto é, se o objeto constitui a própria ordem mobilizada para abordá-lo, então se diz que o objeto é *autônomo*. Assim, a autonomia – ou, na falta dela, *heteronomia* – de um objeto refere-se à *localização* da ordem de fatos mobilizada em seu estudo: se tal ordem está no próprio objeto ou se está fora. Daí sucede: se para um objeto x , a ordem mobilizada provém dele próprio (x_x), então tal objeto é *autônomo*; se vem de fora (x_n), seja qual for a origem, é heterônomo.

Ilustremos. Nas ciências mais tradicionais o objeto é geralmente tratado como autônomo. Na verdade, essa condição parece ser necessária para a própria legitimação de uma disciplina científica. Assim, por exemplo, Durkheim dedicou grande parte de sua carreira tentando demonstrar que o “social” é um “reino” autônomo em relação aos demais, para exatamente justificar a existência de uma ciência especializada dedicada ao seu estudo. Ademais, várias ciências naturais só se formaram por causa da separação teórica dos fenômenos naturais da vontade divina, subtraindo os fenômenos naturais da competência da religião e justificando, assim, a existência e a exclusividade da ciência.

Na ciência política isso toma uma proporção singular, porque o objeto nem sempre é tratado, também, como a ordem por meio da qual se faz a análise. Assim, duas frações de cientistas políticos que estudam o mesmo objeto – a política institucional, por exemplo –, podem analisá-la a partir de ordens diferentes: a partir da própria política institucional, tratando como “variável independente”, por exemplo, os arranjos institucionais (sendo o objeto, neste caso, autônomo) ou a partir de fatores externos (heterônomo). Neste último caso, poderíamos pensar em abordagens que tratam os fatos da política como manifestações de fatores econômicos, psicológicos ou “societais” (isto é, externos à política). Aliás, algumas visões de ciência

política referem-se explicitamente ao que chamam de “autonomia do político”, em especial aquelas íntimas de abordagens ‘politológicas’, como a neo-institucionalista¹⁴. É desta questão que trataremos agora.

II.2.1.1.1. A questão da “autonomia do político”

Para dizer se o “político” está sendo tratado como “autônomo”, em uma determinada abordagem ou visão de ciência política, é necessário distinguir o *objeto* “político” da *ordem* “política”. O motivo é que, no caso da ciência política, eles não necessariamente se confundem.

Ora, a definição do objeto *precede* a escolha da ordem, pois esta são os fatores que o implicam. Sendo assim, a definição do objeto está, de *alguma* forma, contida na escolha da ordem. Não se trata de sugerir que a ordem explicativa/compreensiva escolhida pelo analista é pré-determinada quando o objeto é definido – mas que este pode condicionar a ordem mobilizada e, mesmo, influenciar a *maneira* como o analista relaciona a ordem ao objeto.

A implicação disso para avaliar a “autonomia do político” é que, sendo autônomo o objeto que consistir em sua própria ordem, ao variar a definição do objeto, varia automaticamente a ordem que deve ser considerada para julgar seu grau de autonomia. Desse modo, a autonomia de um objeto deve ser avaliada por sua *relação* com a ordem.

Assim, alguém pode dizer que determinado cientista político (ou abordagem) ignora a “autonomia do político” quando tal cientista define “político” de forma diferente. Em sua definição, o objeto “político” pode configurar *também* uma ordem, autodeterminando-se – sendo, portanto, *autônomo*¹⁵. Por exemplo: se “político” for um determinado tipo de idéias e se o fator analítico estiver nelas próprias (sua estrutura semântica,

por exemplo) então o objeto é autônomo, pois não se está mobilizando uma ordem de fatores externos ao fato: o fato é seu próprio fator. Analogamente, se “político” forem relações de força entre grupos, e se o fator analítico forem essas relações agonísticas, então o objeto é tratado, na verdade, como autônomo. Analogamente, quem define “político” como a política institucional pode acusar esses acadêmicos de ignorarem a “autonomia do político”, quando estes tratam de coisa diferente ou mesmo ignoram-na, sejam quais forem as razões. Então, o que se estaria acusando, na verdade, seria tal desinteresse pela política institucional – e o conflito referir-se-ia a uma questão do *objeto legítimo* da ciência política, em vez da *maneira de abordá-lo*¹⁶.

Por isso, quando falamos em ‘societalista’ e ‘politicista’, é preciso indicar a que nos referimos: ao *objeto* (e.g.: ‘societalista’ por ser exterior à política institucional; ‘politicista’ por ser a política institucional) ou à *ordem* (‘societalista’ por desconsiderar a política institucional como fator analítico; ‘politicista’ por considerá-la). Portanto, a saída é (1) estabelecer o objeto referencial que define “político” e (2) especificar a ordem em função de sua posição (de influência ou causalidade) em relação ao objeto.

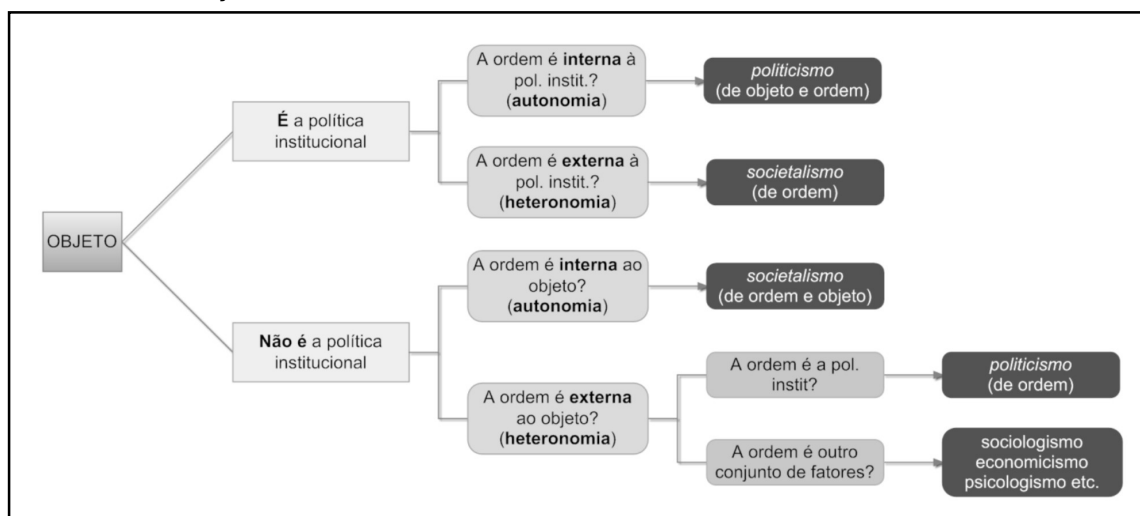
Tomamos a política institucional como referencial por acreditamos que ela desempenhe um papel efetivo na organização do campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea – é elemento definidor do contínuo *politicismo-societalismo*. As definições de societalista e politicista adotadas podem ser assim sintetizadas:

¹⁴ Sobre a proximidade entre a problemática da “autonomia do político” e abordagens “politológicas”, cf. Forjaz (1997).

¹⁵ Não se coloca, contudo, a questão de se esse objeto é *realmente* autônomo. Pensamos *apenas* em avaliar corretamente se ele é tratado ou não como autônomo pelos cientistas políticos, levando em consideração sua própria visão de ciência política. Foge aos nossos propósitos julgar se estão certos ou errados na definição e tratamento de seu objeto.

¹⁶ Com isso em mente, seria interessante se os cientistas políticos, nos conflitos acerca de sua disciplina, indagassem-se se o que estão chamando de “político” é a mesma coisa, ou seja, se não estão na verdade divergindo em torno da questão *do que é* ou *deveria* ser o objeto de sua atenção (o que *vale a pena* estudar; o que *interessa*), em vez de estarem discutindo problemas teóricos ou metodológicos (como qual é o método mais adequado ou qual a ordem de fenômenos [econômicos, sociais, psicológicos etc.] mais relevante).

FIGURA 1 – DEFINIÇÕES DE “SOCIETALISMO” E “POLITICISMO” ADOTADAS



FONTE: O autor.

Assim, se o objeto é a política institucional e se ela determina a si própria, tratando-se assim de um caso de autonomia, então temos a posição “politicismo de ordem e objeto”¹⁷, também chamada de “politológica”. Se o objeto é a política institucional, mas determinado por algum fator externo, tratando-se, pois, de um caso de heteronomia, temos “societalismo de ordem”. Inversamente, se o objeto não é a política institucional, mas também determina a si próprio, temos “societalismo de ordem e objeto” – também um caso de autonomia, mas de outra definição de “político”. Se, por sua vez, o objeto é exterior à política institucional mas determinado por ela, então temos “politicismo de ordem”, isto é, a finalidade não é estudar a política institucional, mas ela é mobilizada como fator determinante – e por esse motivo trata-se de um caso de heteronomia, ainda que a política institucional seja considerada de alguma forma. Por fim, se o objeto não é a política institucional e é determinado por um fator externo que também não é a política institucional, então temos outra coisa, a definir (e, nesse caso, tratar-se-ia de uma definição bastante exótica de

“político” e de ciência política, podendo perguntarmo-nos se não se trata, na verdade, de Sociologia, Economia, Psicologia etc.).

Sintetizemos o desenvolvimento até aqui. Tendo em vista o que precede, achamos que a ciência política (brasileira e americana, pelo menos) depende de dois elementos: 1) a definição de “político”, do objeto de estudo e, dentro deste, do foco de análise; 2) a maneira de abordar o objeto. A nosso ver, esses elementos estão na base das dimensões que organizam efetivamente a produção acadêmica da ciência política brasileira (os contínuos “empírico-teórico” e “politicismo-societalismo”), ainda que a determinação de quem ou o quê assumirá tal ou qual posição dependa de fatores específicos, variáveis historicamente, que abordaremos nos tópicos a seguir.

A ordem mobilizada para abordar o objeto parece-nos o principal elemento do segundo elemento. Ela conduz-nos à questão da autonomia do “político”. Daí decorre uma importante divisão: aqueles que acreditam que o “político” determina a si mesmo (*autonomia*) e aqueles que acreditam que ele depende de fatores externos (*heteronomia*).

II.2.2. Fatores determinantes dessas posições

Voltamos a amparar-nos na proposta teórica de Leca para identificar os determinantes das questões *o que estudar e como estudar*. Achamos que o posicionamento quanto a elas depende (1) da dinâmica interna do campo da Ciência Política, considerado à luz de sua relação com (2) as disciplinas próximas e (3) o campo político

¹⁷ A definição que adotamos difere, portanto, da de Forjaz (1979), em que “politicismo” indica somente o foco explicativo sobre o “político”, sugerindo sua autonomia, não especificando o objeto (podendo transcender ou não a política institucional) e não especificando a *origem* e a *direção* do fator determinante (se aponta para o próprio “político” ou para outros espaços sociais).

propriamente dito. As relações com outros campos acadêmicos são extremamente importantes, a nosso ver, para compreender-se a autonomização da ciência política. As relações com o campo político (ou melhor, as possíveis influências deste, especialmente sobre a dimensão simbólica) podem ter um papel central, tanto na institucionalização como na autonomização e, a nosso ver, influenciam as tomadas de posições dos cientistas políticos, em especial o modo como definem “político” e as ordens que mobilizam para estudá-lo.

Assim, a nosso ver, a escolha de determinado objeto e a escolha da maneira de abordá-lo (e, nesta, a eleição de tal ou qual ordem de fatos como fatores explicativos), do ponto de vista das determinações propriamente *acadêmicas*, dependem da formação acadêmica (sociólogo, economista, psicólogo, jurista, cientista político etc.) e da posição teórica (culturalista, marxista, comportamentalista etc.) dos agentes (indivíduos, grupos, frações), consideradas inclusive diacronicamente (*i. e.*: suas trajetórias). Além desses condicionantes internos ao campo acadêmico, dependem também dos posicionamentos propriamente políticos que tomam os cientistas políticos. Assim, do ponto de vista das determinações *políticas*, se são liberais, comunistas, socialistas, socialdemocratas, republicanos etc.

II.2.3. Elaborando uma hipótese de pesquisa. O exemplo da Ciência Política norte-americana

No que se refere à dinâmica acadêmica, especificamente, a relação com outras disciplinas, a tese de Lipset (1969) sobre a Ciência Política norte-americana ajudou-nos a interpretar e a construir hipóteses para o caso brasileiro.

Lipset defende que, até então¹⁸, a trajetória acadêmica e cultural da Ciência Política dependeu de sua relação com outras ciências humanas. Tudo deriva da questão da “autonomia da política”, ou seja, do próprio objeto de estudo: a política obedece a “leis” próprias, isto é, ela autodetermina-se, ou depende das leis da economia, da psicologia ou da “sociedade”? De onde deriva: deve a Ciência Política desenvolver um instrumental teórico e metodológico próprio ou deve ela aplicar os modelos e esquemas de outras ciências?

¹⁸ O texto é de 1969.

A relação entre a Ciência Política e outras ciências, especialmente as sociais, dependeria do problema metodológico da autonomia de seu próprio objeto. A história da Ciência Política estaria marcada, então, por sucessivas aproximações das outras ciências e, mais recentemente, por tentativas de distanciamento de todas elas. Assim, de um lado estão os que entendem que a política depende de ordens de fatores que não se encontram na própria política (*aproximação* com alguma ciência), e, de outro, os que entendem que a política dita suas próprias regras e que defendem uma Ciência Política culturalmente (teórica e metodologicamente) autônoma, dedicada ao estudo da política (*distanciamento*)¹⁹.

Assim, no fim do século XIX até meados da década de 1920, a Ciência Política norte-americana estaria próxima da História, da Filosofia e do Direito, em especial, alemães. Nos termos do referencial teórico que adotamos, essa proximidade seria de *heteronomia*, especialmente de tipo *cultural*²⁰. Havia departamentos de Ciência Política, uma disciplina com esse nome e um objeto e objetivos delimitados. A visão de mundo que os cientistas políticos mobilizavam para estudar a política, contudo, provinha daquelas disciplinas. O método²¹ predominante era de caráter histórico, o estilo, o ensaístico. O foco das atenções era o

¹⁹ Sobre a relação com a História, v. Jensen (1969); com a Sociologia, Greer (1969) e Sartori (1969); com a Economia, Mitchell (1969) e Olson (1969).

²⁰ A partir deste ponto, dividiremos o conceito de autonomia-heteronomia em dois tipos: *cultural* e *institucional*. Um campo autônomo culturalmente em relação a outro é irreduzível aos produtos simbólicos (valores, idéias, teorias, métodos etc.) deste. Inversamente, se heterônomo, é redutível ou altamente dependente (um *importador* de idéias, teorias, métodos etc., por exemplo). Já um campo autônomo institucionalmente possui um arranjo institucional próprio – podendo, contudo, continuar heterônomo culturalmente (o inverso, isto é, autonomia cultural e heteronomia institucional, pode ser possível, mas julgamos improvável). Acreditamos que essa situação acometa em larga medida a Ciência Política brasileira.

²¹ Aplicamos o termo “método” no sentido atribuído por Abraham Kaplan: “Métodos são técnicas suficientemente gerais para tornarem-se comuns a todas as ciências ou a uma significativa parte delas. Alternativamente, são princípios filosóficos ou lógicos suficientemente específicos a ponto de poderem estar particularmente relacionados com a ciência, distinguida de outros afazeres humanos” (KAPLAN, 1964, p. 23).

“Estado”. Metodologicamente, não se distinguia entre conhecimento positivo e conhecimento normativo. A Ciência Política, aliás, deveria ter como finalidade *educar* os cidadãos, dentro dos valores democráticos; era vista, pelos próprios cientistas políticos, como uma forma de *melhorar* a democracia norte-americana. Posteriormente, essa “fase” ficaria conhecida como “institucionalista”.

A seguir, em busca de cientificidade, a Ciência Política aproximar-se-ia de determinada área da Psicologia: trata-se do que, posteriormente, viria a chamar-se de “*behaviorist revolution*” (JENSEN, 1969, p. 4-7). A nova abordagem dominante, o *behaviorism*²², seria uma manifestação, na dimensão cultural, do novo estado da Ciência Política, agora próxima da Psicologia (*ibidem*). Paralelamente, os métodos de caráter histórico perdem força, a filosofia e o ensaísmo são combatidos, e, pelo menos explicitamente, passa-se a defender uma ciência neutra em seus valores. Tomam seus lugares os métodos quantitativos e a linguagem técnica; a pesquisa empírica ganha mais força; os artigos e os periódicos tornam-se os meios legítimos de produção e difusão; o estilo de trabalho dominante passa a ser o coletivo, baseado em redes de pesquisadores, reunidos em um sistema universitário altamente institucionalizado. O objeto da disciplina também muda: a “política” não era mais o “Estado”, mas o *comportamento* dos cidadãos – daí os estudos eleitorais e as pesquisas de opinião (*surveys*) serem o novo foco analítico. O foco desloca-se do interior das instituições estatais²³, do “governo”, para a “sociedade civil”.

Entre o começo da década de 1940 e o fim da de 1950, aproximadamente, o *behaviorism* seria a abordagem dominante (SOMIT & TANENHAUS, 1967; ALMOND, 1991). Com sua crise, durante a década de 1960, a Ciência Política fragmenta-se em várias abordagens concorrentes, competindo para tomar o lugar do *behaviorism* e para conferir uma nova unidade à disciplina²⁴. Assim, alguns

cientistas políticos voltam-se para a Economia (teoria da escolha racional, teoria dos jogos); para a Sociologia (teoria sistêmica, “neo-institucionalismo” sociológico); outros voltam-se novamente à História, acusando os preconceitos de parte dos cientistas políticos em relação ao uso de métodos e explicações históricas em Ciência Política (“neo-institucionalismo” histórico). Outros, enfim, sustentam a idéia de que a Ciência Política deveria formular seus próprios métodos e teorias (neo-institucionalismo).

Assim, no caso americano, a Ciência Política parece oscilar, no decorrer de sua história, entre a História, a Filosofia, a Economia e a Sociologia (nos casos de heteronomia) e posições que defendem o desenvolvimento de teorias e métodos próprios (no caso de autonomia).

Poderíamos adicionar à equação os efeitos de um fator propriamente político operando na Ciência Política norte-americana, utilizando como exemplo o caso do *behaviorism*. Os *behaviorists* compartilham a definição de “político” das abordagens politológicas: “político” é a política institucional. Eles deslocam seu foco para o voto, mas seu objeto mantém-se dentro das fronteiras das instituições democráticas (JENSEN, 1969, p. 3-15; ALMOND, 1991, p. 66-68). Por que, então, insistem na “sociedade civil”, evitando até mesmo tomar o “governo” e seus elementos (os políticos, por exemplo), como foco de estudo? E por que tomam o processo decisório e o funcionamento das instituições estatais como um reflexo das “preferências” dos eleitores (IMMERGUT, 1998, p. 6-7)? A nosso ver, concordando com teses como a de Ricci (1984), porque são cientistas políticos tacitamente *comprometidos* com a democracia liberal norte-americana. Esse comprometimento reflete-se não somente na atenção dada à “sociedade civil”, manifestando o que *merece* ser estudado, o que é importante, mas também na *maneira* de abordá-la: uma visão liberal favorece

²² Geralmente conhecido no Brasil como “comportamentalismo”.

²³ Os comportamentalistas viriam, mesmo, a recusar o conceito de “Estado” como uma abstração sem fundamento empírico. Em seu lugar, passam a falar em “governo” e em “instituições jurídico-formais” (JENSEN, 1964).

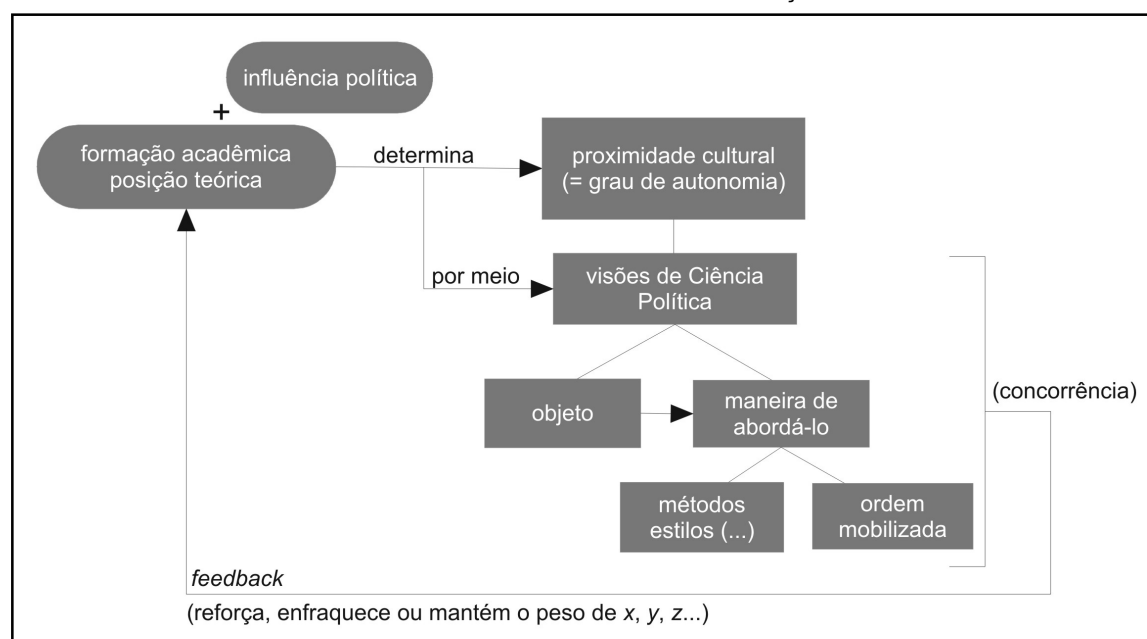
²⁴ Para Lipset (1969) e outros autores, como Almond (1990, p. 13-31), nenhuma abordagem logrou êxito nessa empreitada, estando a Ciência Política fragmentada em abordagens diametralmente opostas, mesmo quanto aos princípios, o objeto e os objetivos da disciplina. Essa visão predomina entre os cientistas políticos americanos consultados (RICCI, 1984; EASTON, 1985; SEIDELMAN & HARPHAM, 1985; FARR, 1988; TOBIN GRANT, 2004).

a aceitação da tese de que o “governo” e as instituições estatais são reflexos (ou, no máximo, traduções) das preferências individuais dos eleitores. Isso não é uma hipótese a ser provada: é um pressuposto. E um pressuposto estabelecido, a nosso ver, em função de motivações políticas, e não por razões científicas. Observe-se que alguém poderia utilizar a mesma abordagem teórica para estudar o comportamento de políticos ou de agentes das instituições estatais, mostrando como fatores psicológicos influenciam os resultados políticos (as “políticas públicas”, em especial; o *output* do sistema político, para falar como Easton). Vê-se, então, que fatores políticos *podem* influenciar as posições teórico-acadêmicas dos cientistas políticos. Buscamos prestar atenção a isso em nossa interpretação da história da ciência política brasileira.

Em síntese, interpretando a tese de Lipset à luz do esquema de Leca e do desenvolvimento teórico precedente, poderíamos especular que a produção acadêmica da Ciência Política, organizada em torno de *visões* de ciência política concorrentes, dependeria de (1) sua proximidade cultural, isto é, seu grau de autonomia segundo a dimensão simbólica, em relação a outras ciências humanas e sociais, cujos fatores seriam a formação acadêmica e a posição teórica e (2) de influências políticas (transmitidas pelos cientistas políticos).

O esquema teórico aqui esboçado é, então, apresentado a seguir. Buscaremos aplicá-lo à ciência política brasileira.

FIGURA 2 – ESQUEMA DOS FATORES E DOS ELEMENTOS DA PRODUÇÃO ACADÊMICA



FONTE: O autor.

A partir desse esquema, a mobilização de ordens de fatores que constituem o objeto de outras disciplinas, ou a importação de seus métodos, teorias e abordagens, seriam fortes indícios de heteronomia cultural em relação aos campos dessas disciplinas. A visão de ciência política em questão estaria condicionada, pois, pela proximidade cultural com determinada(s) disciplina(s). Os prováveis fatores por trás disso seriam a formação acadêmica e a posição teórica

(consideradas diacronicamente). Influências políticas somam-se a esses fatores. Então, o produto da concorrência entre as várias visões no campo da Ciência Política (relacionando-se, assim, várias frentes de autonomia/heteronomia com outras disciplinas, combinadas a certas posições políticas), reincide sobre os fatores determinantes, reforçando, enfraquecendo ou conservando o peso de cada um (e, eventualmente, adicionando novos).

Assim, por exemplo, a concorrência interna entre sociólogos marxistas e cientistas políticos liberais politicistas (de objeto), por exemplo, pode favorecer os últimos, enfraquecendo as posições dos sociólogos marxistas. E seus métodos, seu estilo, sua forma de organizar o trabalho intelectual, enfim, sua visão de ciência e de ciência política.

Como buscaremos mostrar, a ciência política brasileira também se relacionou com outras áreas do conhecimento de modo a determinar sua dinâmica interna e as características de sua produção acadêmica. Acreditamos que a heteronomia em relação às “ciências sociais”, e, especialmente, à Sociologia, em primeiro lugar, e em relação ao Direito e à Filosofia, em segundo, tenha contribuído decisivamente para fazê-la ser o que é²⁵. Acreditamos que essas relações dêem-se, aliás, *dentro* do próprio campo da Ciência Política brasileira: os agentes que carregam e transmitem características de outras disciplinas constituem a própria Ciência Política, por causa do baixo grau de autonomia desta – ligado, provavelmente, à sua prematuridade. Ahamos que essas oposições intra-acadêmicas estejam ligadas a profundas diferenças referentes às visões de ciência e de ciência política de cada grupo ou fração.

É a partir dessa óptica que buscamos analisar a história da ciência política brasileira, na busca pelas razões da forma atual de sua produção acadêmica. A seguir, apresentamos a hipótese de pesquisa que direciona a interpretação histórica.

III. HIPÓTESE DE PESQUISA

III.1. Visões de ciência política e organização do campo da Ciência Política brasileira

Acreditamos que a organização do campo de produção da Ciência Política brasileira contemporânea, apoiada nos contínuos *empírico-teórico* e *politicismo-societalismo*, tenha sido produzida por pelo menos três visões de ciência política concorrentes, próprias de certos “grupos” e frações de cientistas políticos e sociais também

concorrentes²⁶, as quais se desenvolveram no interior do campo acadêmico brasileiro, a partir de sua institucionalização, e agremiaram-se progressivamente em um campo de Ciência Política relativamente autônomo (do ponto de vista institucional) – algo que, inclusive, ajudaram a constituir. Essas visões estariam condicionadas por outras três ordens de fatores mais ou menos inter-relacionados que, por sua vez, influenciariam a ação dos grupos envolvidos na construção da Ciência Política. A primeira, propriamente acadêmica, consiste nas relações (de autonomia-heteronomia) entre a Ciência Política e o pensamento político e outras ciências humanas (especialmente, sociais). A segunda, propriamente intelectual, consiste em oposições teóricas e metodológicas. A terceira, propriamente política, compõe-se pelas oposições entoadas por motivações e constrangimentos políticos, mais ou menos transfigurados em oposições acadêmicas e intelectuais.

A primeira dessas visões define-se pela figura do *intelectual* interessado pela política e é a nosso ver herdeira dos intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e 1940 que dedicaram parte de suas vidas à reflexão de temas políticos, entre os quais poderíamos citar Oliveira Vianna, Francisco de Oliveira, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Pontes Miranda, entre outros (LAMOUNIER, 1982, p. 413; KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 1-6). Apesar das profundas diferenças políticas entre eles, eram marcados por semelhanças relativas a seu *habitus* intelectual. Em vez de *especialistas* ou *profissionais* são, antes de tudo, *eruditos*, a meio-caminho entre a filosofia, as letras e a política propriamente dita. A nosso ver, esses intelectuais contribuem para a constituição da Ciência Política pelo menos em duas frentes. Em primeiro lugar, disseminam no campo intelectual brasileiro um interesse específico por temas políticos, acumulando um corpo de conhecimento que influenciaria futuros estudiosos, como os intelectuais do Instituto

²⁵ Aliás, no caso brasileiro, a relação com outros campos acadêmicos e com o campo intelectual é especialmente importante, dada sua institucionalização e diferenciação relativamente recentes.

²⁶ Entendemos que as fronteiras entre grupos, frações e visões são construções teóricas, havendo na realidade uma massa de indivíduos e grupos que se assemelham, aproximam-se, distinguem-se e distanciam-se em função de vários fatores. Nesse caos aparente, a partir daqueles referenciais, construímos arquétipos de visões e frações, no sentido de *ressaltar* alguns dos princípios de divisão correntes no campo.

Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e, por meio destes, o grupo de mineiros formados no curso de Sociologia e Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)²⁷, entre as décadas de 1950 e 1960, influenciando, assim, futuros responsáveis pela constituição de um campo de Ciência Política institucionalmente autônomo. Podem ser vistos, portanto, como *precursores* da Ciência Política brasileira. Nesse sentido, defende Bolívar Lamounier: “Essa tradição ou ‘estoque’ anterior de pensamento político tem, a meu ver, uma importância decisiva para se compreender as características adquiridas pela Ciência Política que se vai aos poucos institucionalizando. Não só existe entre ambas uma notável continuidade como, sobretudo, parece-me possível afirmar que o prestígio dessa tradição legitimou (e, talvez, exerceu certo efeito limitativo e canalizador sobre) o desenvolvimento da Ciência Política, a partir de 1945. Sem esta referência histórica, parece-me difícil explicar porque a Ciência Política – aliás as Ciências Sociais, de um modo geral – continuaram a se expandir, após 1964, sob condições de acentuado autoritarismo político” (LAMOUNIER, 1982, p. 409).

Em segundo lugar, contribuem para a formação de uma visão de ciência política marcada por uma posição acadêmica relativamente indiferenciada e subjetivamente próxima da filosofia, baseada na figura do *intelectual* e do *erudito*, herdeira do *habitus* intelectual dos intelectuais precursores. A obra dos adeptos desta visão contribuiria para instilar no campo da Ciência Política um conjunto de disposições intelectuais que favoreceriam a adoção de definições mais amplas e vagas de “político” e de abordagens eminentemente teóricas. Assim, certos elementos presentes na Ciência Política contemporânea, como as abordagens *idealistas*²⁸ (a hermenêutica e a teoria democrática, por exemplo) e áreas teóricas como a de Teoria Política teriam sido importadas para o campo e auxiliado sua constituição, e renderiam o capital simbólico que rendem por causa da presença daquele conjunto de disposições ligadas

à figura do *intelectual*, ajustadas, por sua vez, a esses elementos. Trata-se, portanto, de uma *visão* que não reivindica ou estimula a autonomização cultural da Ciência Política, por (1) não focar a política institucional e/ou (2) por considerar ordens externas a ela para explicar ou descrever o objeto, mantendo a Ciência Política culturalmente heterônoma em relação a outras ciências sociais ou a outras disciplinas das Humanidades – ainda que tenha contribuído para sua autonomização institucional.

A segunda visão deriva especificamente das “ciências sociais”; da Sociologia, em especial. Já se refere a um corpo de conhecimentos produzido em um campo acadêmico institucionalizado – mas este campo é dominado pela Sociologia, ou, simplesmente, é ela própria. Consiste na tomada de temas políticos (em especial aqueles ligados a uma definição societalista) como objeto de estudo por parte de sociólogos. Como exemplo, poderíamos citar o grupo de cientistas sociais da Universidade de São Paulo (USP), formado em torno de Florestan Fernandes, que, no decorrer da década de 1960, em um processo paralelo ao fortalecimento do marxismo²⁹ (em que, aliás, foi o agente principal), passa a tratar de temas políticos; além do grupo de cientistas sociais de orientação marxista que se estabeleceu na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), no decorrer da década de 1970 (QUIRINO, 1994; ARRUDA, 2001; PEIXOTO, 2001; TRINDADE, 2005). Relativamente próxima do *habitus* do intelectual, favorece o estilo de pensamento acadêmico³⁰, abordagens mais teóricas, os métodos qualitativos e o ensaísmo. A nosso ver, essa visão passa a constituir a ciência política pelo motivo desta ter progressivamente se afastado do Direito e se aproximado das “ciências sociais” e, a partir da década de 1960, aproximadamente, ter começado a destacar-se – e ainda fazê-lo – institucionalmente do campo maior das “ciências sociais”, fortemente associado à Sociologia, em um momento em que a atenção pela política e por temas políticos aumentava nas ciências humanas no Brasil e no mundo. Assim, sociólogos de formação – ou sociólogos no pensamento –

²⁷ A influência, nesse caso, seria principalmente *temática*, em vez de teórica, metodológica ou político-ideológica.

²⁸ Que entendem que os fenômenos políticos são, de alguma forma, um produto de determinadas idéias, de seus efeitos, de sua ação no mundo etc. e/ou que tomam as idéias políticas como objeto de estudo.

²⁹ Sobre a proeminência do marxismo na USP, cf. Trindade (2005, p. 90) e Pécaut *apud* Trindade (*idem*, p. 109).

³⁰ Usamos a definição de Kaplan (1964, p. 259-260), sintetizada na nota 11.

interessados em temas políticos passariam a “migrar” para a Ciência Política por meio de vínculos institucionais de docência e pesquisa ou a fazer parte dela por meio do reconhecimento socialmente atribuído à sua produção cultural, dedicada a temas “políticos”, e das relações de comunicação progressivamente estabelecidas, dialogando com cientistas políticos de formação (ou assim reconhecidos). Deste modo, seja por vínculos institucionais, seja por vínculos culturais e comunicativos com a Ciência Política, esses sociólogos passariam a fazer parte desta, ou melhor, contribuiriam para a formação de seu campo de produção, ao mesmo tempo em que suas disposições mentais incliná-los-ia a adotar temas e abordagens com a marca da disciplina mãe – “societalistas”, aos olhos dos cientistas políticos *stricto sensu*, como os temas que envolvem o Estado e as classes sociais e as abordagens elitistas, as sócio-históricas e “sociologismos” como o de Pierre Bourdieu e Anthony Giddens³¹, que mobilizam ordens de fatores não propriamente políticos. Uma visão solidária, portanto, com uma definição mais ampla de “político” – como estruturas de dominação e relações de força, por exemplo. Implicando, assim, a manutenção de certa heteronomia cultural da Ciência Política, desta vez em relação às “ciências sociais” e à Sociologia, em particular.

A terceira visão é favorável a uma Ciência Política baseada na pesquisa empírica e autônoma culturalmente, entendendo que seu objeto possui regras e uma lógica que lhe são próprias, irreduzíveis a determinantes externos. Dissemina-se a partir da ação do “grupo” de cientistas políticos mineiros e cariocas formados na segunda metade da década de 1950, que, em sua maioria, viriam a doutorar-se nos Estados Unidos, no decorrer da década de 1960, e a fundar os primeiros programas de pós-graduação especificamente em Ciência Política, no Departamento de Ciência Política da UFMG e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), ambos em 1969. Influenciados pelo modelo norte-americano de Ciência Política (seu *mainstream*), cujas abordagens teórico-metodológicas e cuja organização divulgam, esses cientistas políticos mostram-se mais sensíveis à

política institucional, inclusive como ordem de fatores explicativos, além de objeto de estudo, opondo-se a orientações jurídicas, “economicistas”, filosóficas e “sociologizantes”. Sua posição teórico-metodológica distancia-se dos métodos das humanidades e aproxima-se do método científico tradicional, do estilo de pensamento erístico, dando-se atenção especial à pesquisa empírica e ao teste rigoroso de hipóteses, em que a estatística tem papel central. Essa visão também se define por privilegiar ou aderir a uma definição de “político” em sentido estrito, isto é, a política institucional – uma característica que o “grupo” de mineiros e cariocas do “eixo” UFMG-Iuperj também contribuiu para constituir. É, assim, uma visão favorável a temas que focam a política institucional e a abordagens “politicistas”, como, entre outros, o neo-institucionalismo e as abordagens do ator racional.

Mas como essas visões agremiar-se-iam e constituiriam o campo da Ciência Política brasileira contemporânea, organizando-o em função dos contínuos politicismo-societalismo e empírico-teórico?

A nosso ver, a Ciência Política estabelece-se enredada com outras ciências humanas, especialmente a Sociologia, em que várias disciplinas e regiões interdisciplinares das “ciências sociais” aumentavam seu interesse por assuntos “políticos”, incorporando uma tradição de pensamento político que tem suas raízes nos letrados da época do Estado Novo. Estimulada pela crescente importância desses assuntos no interior das “ciências sociais”, no decorrer da década de 1960, com a radicalização ideológica (FORJAZ, 1979, p. 12; ARRUDA, 1995, p. 162-167 e p. 200-211; TRINDADE, 2005, p. 94-97), a Ciência Política inicia sua institucionalização a partir da década de 1970 com as ações levadas a cabo pelo ‘grupo’ de mineiros e cariocas do “eixo” UFMG-Iuperj que, inseridos naquele processo geral de valorização do “político”, são pioneiros na criação de espaços institucionais e acadêmicos dedicados especificamente à Ciência Política³². Forma-se, assim, um campo *institucionalizado* de Ciência Política em torno de um grupo *interessado* na

³¹ Referindo-se, neste caso, a um tipo de Sociologia próxima da História ou dos métodos históricos.

³² O Iuperj tornar-se-ia mais heterogêneo com a criação do mestrado em Sociologia, em 1977, e o doutorado com áreas de concentração em Ciência Política ou Sociologia, em 1980 (REIS, 1993, p. 120).

autonomia institucional e cultural dessa disciplina, que não se vincula a ela somente por empatia de objeto e que defende (1) a pesquisa empírica, com proeminência quantitativa, (2) a institucionalização de um conjunto de práticas e disposições científicas e, em menor grau, (3) a autonomia do “político”, geralmente da política institucional.

O estabelecimento de um campo disciplinar distinto, com a institucionalização, contudo, não confere à Ciência Política contornos claramente definidos, em virtude da proximidade sociocultural em relação às “ciências sociais”. Não há periódicos específicos³³; os temas “políticos” são abordados por várias ciências humanas; não há consenso quanto ao que deve definir e distinguir a Ciência Política (REIS & ARAÚJO, 2005; SANTOS, 1980, p. 18). Essa proximidade, associada ao crescimento da importância dos temas “políticos” na academia, durante os anos 1970, contribui para a expansão do campo da Ciência Política, que ganha corpo com a criação de novos programas de pós-graduação e de institutos privados de pesquisa³⁴. Tem-se então um crescimento aparentemente paradoxal, em que a proximidade com outros campos favorece a expansão da própria Ciência Política. Nesse contexto, à medida que cresce o campo institucional, o reconhecimento social e a legitimidade da nova área, acadêmicos de formações das mais variadas vinculam-se a cursos, disciplinas e a programas

de Ciência Política e/ou escrevem trabalhos que circulam em sua produção acadêmica. Assim, acadêmicos e abordagens “societalistas”, como o marxismo, assumem posições no novo espaço acadêmico de produção sobre o “político”, passando a compor o campo e tornando comum a ocorrência de cientistas políticos vinculados intelectualmente a estilos de pensamento mais tradicionais do campo intelectual brasileiro.

Assim, acadêmicos comprometidos com a autonomia cultural e institucional, com uma visão de ciência política em sentido estrito, tipicamente norte-americana, inscrevem-se em um campo de produção maior, largamente vinculado ao campo intelectual e ao campo acadêmico das “ciências sociais”, ao serem obrigados a dialogar com a tradição e a enfrentar as estruturas acadêmicas e intelectuais estabelecidas. Em virtude das relações sociais e comunicativas entre os grupos, o campo da Ciência Política encontra-se, assim, do ponto de vista da produção cultural, mergulhado em um campo maior. O que faz o espaço *institucional* da Ciência Política não corresponder ao espaço *cultural*; o campo institucional sendo menor que o campo de produção. Em outras palavras, a Ciência Política (a disciplina) não corresponderia à ciência política (a prática).

Profundas diferenças políticas também viriam a contribuir para essas oposições, já que o ‘grupo’ mineiro-carioca abandona as posições políticas de esquerda radicais (*i. e.*, marxistas, comunistas) em um momento em que essas posições fortalecem-se (décadas de 1960 e 1970). Por outro lado, também durante as décadas de 1960 e 1970, a primeira e a segunda visões tomariam em geral posições mais radicais, favorecendo o comunismo ou tipos específicos de socialismo, manifestando sua intimidade com o marxismo então em alta. O apoio da Fundação Ford à constituição da Ciência Política como disciplina específica e a incursão de um modelo “empirista” de ciência social eram vistos por grande parte do campo como “imperialismo” norte-americano (LAMOUNIER, 1982, p. 423; MICELI, 1990, p. 17-28). O fortalecimento do obscurantismo e de posições anticientíficas – movimento acadêmico-intelectual correlato aos movimentos políticos em curso – no campo das ciências sociais só teria contribuído para fortalecer uma oposição que é, ao mesmo tempo, acadêmica, metodológica, teórica e política.

³³ O periódico *Brazilian Political Science Review* viria a ser criado em 2007; *Opinião Pública*, que a nosso ver também poderia ser considerado um periódico estritamente de Ciência Política, foi criado em 1993.

³⁴ Cebrap em 1969; Ufrgs em 1973 (mestrado em Sociologia e Política); USP em 1974 (mestrado e doutorado em Ciência Política); Cedec em 1976; Idesp em 1980; UFPE em 1982 (mestrado em Ciência Política); Unicamp em 1984 (mestrado em Ciência Política); UnB em 1984 (mestrado em Ciência Política); UFSC em 1985 (mestrado em Sociologia Política); UFF em 1994 (mestrado em Antropologia e Ciência Política); UFMG em 1994 (doutorado em Sociologia e Ciência Política); ABCP em 1996; Ufrgs em 1996 (doutorado em Ciência Política); UFSC em 1999 (doutorado em Sociologia Política); UFRJ em 2001 (mestrado em Ciência Política); UFPE em 2002 (doutorado em Ciência Política); UFF em 2006 (doutorado em Ciência Política); UFMG em 2006 (doutorado em Ciência Política); Ufscar em 2007 (mestrado em Ciência Política); UFPA em 2008 (mestrado em Ciência Política); UFPR em 2009 (mestrado em Ciência Política); UFPI em 2009 (mestrado em Ciência Política).

Os determinantes de ordem propriamente política talvez tenham uma importância ainda maior. Ao que parece, o processo de institucionalização da Ciência Política, como disciplina específica, manteve-se relativamente lento até meados da década de 1980, acelerando-se a partir da década de 1990 – veja-se, por exemplo, a escassez de programas de pós-graduação (CAPES, 2009b) anteriormente e a criação relativamente tardia da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), que passou a atuar efetivamente só a partir de 1996. Não achamos mera coincidência o fato de essa expansão acadêmica ser paralela ao declínio do marxismo e do comunismo nos campos político e acadêmico internacionais e o correspondente fortalecimento da democracia liberal. Assim, se for verdade a tese de alguns cientistas políticos norte-americanos de que a Ciência Política norte-americana é estreitamente ligada à “democracia liberal” (RICCI, 1984; FARR, 1988; GUNNELL, 1988) e se for verdade que a Ciência Política brasileira autonomiza-se largamente à imagem da irmã norte-americana, importando algumas de suas características – entre elas, a relação entre a disciplina e regime e valores democráticos – então o *crescimento* da Ciência Política brasileira, e não somente o posicionamento interno dos grupos, pode estar ligado a fatores políticos: internamente, com a redemocratização e o retorno da experiência e das esperanças democráticas; externamente, com o fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – processo que estaria relacionado à decadência do marxismo nos campos acadêmicos e a ascensão de abordagens e ideologias liberais. Tais fatores políticos podem ter favorecido, também, o crescimento da importância da política institucional (e seus componentes) na agenda de estudos da ciência política brasileira, incidindo o foco sobre as instituições democráticas. Trata-se de uma hipótese a ser investigada com atenção em outro estudo.

Sintetizemos. Fazem parte do movimento geral de constituição do campo da Ciência Política *sociólogos* (e outros cientistas sociais), *intelectuais* interessados em temas políticos e *cientistas políticos* (*stricto sensu*) interessados na autonomia institucional e cultural da Ciência Política, em geral atentos à autonomia da política institucional. No próprio campo institucional de Ciência Política, e além dele, englobando todo o campo de produção

demarcado por temas “políticos”, opor-se-iam em questões relativas à autonomia-heteronomia cultural dessa disciplina, em função de suas posições e trajetórias³⁵. As visões a que nos referimos formar-se-iam nessas trajetórias e nos conflitos acadêmico-intelectuais e políticos. Tais oposições históricas entre grupos e, por meio deles, entre suas visões, estariam na base, pois, das duas oposições fundamentais verificadas na produção acadêmica contemporânea, a saber, o contínuo empírico-teórico e o contínuo politicismo-societalismo. Estariam na base, aliás, de muitas das correlações estatísticas identificadas entre essas dimensões propriamente teórico-acadêmicas e dimensões extra-acadêmicas – a política, por exemplo, como sugerem as relações entre “tomar a democracia liberal como objeto de estudo”, “politicismo” e “apresentação de evidências empíricas”, de um lado, e “não tomar a democracia liberal como objeto”, “societalismo” e “tendência a não apresentar evidências empíricas”, de outro. O campo da Ciência Política dividir-se-ia, então, (1) entre posições favoráveis à visão *stricto sensu* de Ciência Política – institucionalmente e culturalmente autônoma – e posições que abordam o que definem por “político” a partir de abordagens de outras disciplinas, que “importam” à economia simbólica do campo institucional da Ciência

35 Pasquino sugere uma oposição semelhante na Ciência Política italiana, quando sugere a dependência cultural da Ciência Política em relação à Sociologia como uma das principais causas da fraqueza das áreas e abordagens que tratam da política institucional e quando comenta a carreira de Sartori, em que ressalta a relação entre o foco analítico sobre as instituições políticas e a autonomia da Ciência Política (PASQUINO, 1982, p. 366; ARRUDA, 1995, p. 167). Nesse sentido, dada a heteronomia da Ciência Política, talvez o ‘grupo’ mineiro-carioca tenha favorecido a escolha da política institucional como objeto principal e *ênfatizado* a autonomia desta para *estimular* o processo de autonomização da Ciência Política brasileira (FORJAZ, 1997). Em geral, acreditamos que posições mais favoráveis à autonomia da Ciência Política tendem a tomar a política institucional como seu objeto de estudo. Talvez isso também explique a predileção pelo “neo-institucionalismo” por aqueles mais identificados com uma Ciência Política autônoma. Aliás, isso é uma possibilidade teórica de nosso esquema teórico, em que a visão da disciplina depende da definição do objeto e do tratamento dado a ele. Daí, como as dimensões cultural e institucional estão interligadas na realidade, compondo elementos indissociáveis do processo de autonomização, seria natural que pudessem influenciar-se.

Política (mais ou menos politicistas ou socialistas); (2) entre posições mais favoráveis a abordagens e áreas empíricas e mais favoráveis a teóricas. Em um extremo do contínuo, estão as posições que associam o politicismo (de ordem e de objeto) ao empirismo, mais próximas do *mainstream* Ciência Política norte-americana e herdeiras do “grupo” de mineiros e cariocas do “eixo UFMG-IUPERJ”, no outro, as que associam o societalismo (de ordem e de objeto) ao teorismo, mais próximas da Filosofia, da História e da Sociologia, próprios da tradição européia de reflexão política; havendo uma série de combinações intermediárias entre esses extremos³⁶.

III.2. A ligação entre visões e agentes (grupos) na constituição do campo de produção

A nosso ver, tal situação deve largamente às transformações e perturbações acadêmico-intelectuais desencadeadas pela tomada de posição do ‘grupo’ mineiro-carioca, isto é, pelos intensos conflitos acadêmico-intelectuais que se desenrolaram entre estes (pró-Ciência Política; “cientificistas”; “empiristas”) e outras frações ou grupos de cientistas sociais que abordavam (ou ignoravam) temas políticos à luz de disciplinas como a Sociologia, a Filosofia, a Economia e o Direito, em especial a chamada “Escola Sociológica Paulista” (a partir de uma visão e de abordagens anti ou pré-científicas e/ou demasiado “socialistas”, aos olhos do “grupo” mineiro-carioca e daqueles favoráveis à Ciência Política *stricto sensu*). Tratar-se-ia de um conflito fundamental, envolvendo distintas visões de ciência e de trabalho intelectual – métodos, teorias, abordagens; modos de organizar e valorizar o trabalho acadêmico etc. –, forjadas em função de posições e trajetórias acadêmicas e intelectuais distintas e conflituosas.

Assim, acreditamos que por meio das relações acadêmicas do “grupo” mineiro-carioca, pode-se lançar luz sobre as relações da Ciência Política,

em seu processo de autonomização, com outras ciências sociais. Sucederia, pois, uma oposição a visões e abordagens que a seu ver falhariam em perceber a especificidade do “político” (em especial, o fato de que ele seria, também, uma ordem) e que ignorariam a política institucional (não somente do ponto de vista científico, como um objeto interessante, mas também sua capacidade de produzir efeitos sociais pertinentes). Em especial, a sociologia paulista e suas orientações “durkheimiana” e (crescentemente) “marxista” inviabilizariam, de partida, a possibilidade de uma Ciência Política autônoma³⁷.

Na próxima seção tentamos articular visões e grupos para relacionar campos de idéias a campos de agentes, tornando-os mais inteligíveis, além de ilustrar algumas características dos posicionamentos daí derivados, cujas diferenças, a nosso ver, estão na base das oposições acadêmico-intelectuais do campo. Antes, contextualizaremos sucintamente a Ciência Política brasileira na ciência política internacional.

IV. INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA PRELIMINAR

Poderíamos dividir a história da ciência política brasileira em três períodos. O primeiro, da década de 1920 a meados da década de 1940, define-se pelo estudo não acadêmico e não especializado da política. Trata-se de uma época em que eruditos e letrados pensavam e escreviam sobre temas políticos sem estarem vinculados a uma estrutura acadêmica ou universitária. Durante esse período não existe, na verdade, um campo de Ciência Política, mas um campo de produção que tratava de temas “políticos”. O segundo período, da década de 1940 a meados da de 1960, aproximadamente, define-se pela institucionalização do campo acadêmico brasileiro e, com ele, do estudo dos temas políticos. O terceiro, a partir de 1969, pela criação dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política, marcando o início de seu processo de autonomização institucional, em que se institui, de fato, um subcampo acadêmico próprio dessa

³⁶ Essa divisão manifesta-se, aliás, na própria organização dos programas de pós-graduação relativos ao objeto “político”, os quais se dividem entre “Ciências Sociais”, “Sociologia e Política”, “Sociologia Política” e “Ciência Política”, deixando mais ou menos claro o posicionamento da instituição e dos responsáveis pela criação dos respectivos programas nos contínuos da Ciência Política.

³⁷ Em geral, pela falta de atenção da primeira em relação ao “político” e à política institucional e à tendência da segunda em entender a política institucional como pouco relevante (importando a dominação de classe, em que essa não é mais que um acessório) e o “político” como uma superestrutura, submetida a “níveis” mais importantes.

disciplina no interior do campo acadêmico brasileiro.

IV.2.1. Intelectuais, visão humanística e formação da Ciência Política

A visão de ciência política que chamamos de ‘relativa à figura do intelectual’, têm suas raízes nos intelectuais da primeira metade do século XX, cujos trabalhos são muitas vezes referidos como “pensamento político brasileiro”. A nosso ver, vários elementos de seu *habitus* intelectual seriam herdados por acadêmicos de ciências sociais, e, por meio destes, transmitidos ao campo da Ciência Política, à medida que se entronizava no campo de produção das “ciências sociais”, favorecendo a adesão a abordagens e temas de caráter teórico e ao estilo ensaístico no próprio campo de produção de Ciência Política. Compreender esses elementos e como eles foram sendo transmitidos (e transformados) ao longo do tempo deve ajudar-nos a entender a presença atual de disposições e valores intelectuais, filosóficos e literários no campo da Ciência Política. Ainda que fazê-lo integralmente supere os limites deste artigo, abordaremos a questão em um sentido exploratório, apontando um caminho a seguir.

A abordagem dos intelectuais precursores era, como se sabe, inseparavelmente normativa e analítica, comprometida com a modernização do Brasil, o que implicava em geral na questão da “construção do Estado-Nação”. Pode-se mencionar Francisco Campos, Oliveira Vianna, Nestor Duarte, Alberto Torres e Azevedo Amaral, entre outros, como representantes do conhecimento político produzido nesse período. Bolívar Lamounier define essa “fase” da seguinte forma: “Do ponto de vista das condições institucionais em que é produzido o conhecimento político, essa fase pode ser facilmente caracterizada como um trabalho isolado de *pensadores*; do ponto de vista da forma, pelo recurso a amplos ensaios histórico-sociológicos que visavam substanciar propostas de reforma constitucional. Era, pois, um trabalho essencialmente individual, sem apoio universitário e sem crítica acadêmica sistemática” (LAMOUNIER, 1982, p. 413; grifos no original).

No que se refere às características culturais da produção do período, Hégio Trindade tece os seguintes comentários: “As origens das diferentes formas de constituição dos saberes associados ao campo das ciências sociais, especialmente da

sociologia, remontam, como em outros países da América Latina, à implantação dos cursos de ‘ciências jurídicas e sociais’, à importação dos positivismos europeus e ao desenvolvimento do ‘ensaísmo’ como estilo dominante das análises políticas, sociais, jurídicas e literárias” (TRINDADE, 2007, p. 73).

E quanto à situação dos “intelectuais” precursores das “ciências sociais” brasileiras: “O período de 1920 a 1945 foi extremamente significativo para o surgimento de uma ciência social *avant la lettre*. Os intelectuais entram na cena pública com a publicação de uma série de ensaios em que propõem reformas políticas. Essa geração, que transformou o papel cultural e político das oligarquias tradicionais, se ‘confrontou com uma república incapaz de dar corpo político à Nação’” (*idem*, p. 74-75).

A situação desses “intelectuais” brasileiros assemelha-se a uma espécie de produtor cultural (de literatura, filosofia, historiografia etc.) politicamente engajado, à maneira do “intelectual total” francês, da figura do “erudito”, do pensador eclético que se aventura em vários domínios do conhecimento; alguns, mesmo, poderiam ser classificados como membros de uma *intelligentsia*, no sentido reconstruído por Luciano Martins (1987). Poucos documentos são tão valiosos para reconstruir-se o *habitus* dessa classe de pensadores como a entrevista de Evaristo de Moraes Filho concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde Barros, em 8 de março de 1988. A certa altura, a entrevista passa a versar sobre a história do antigo Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, abordando as características, personalidade e destinos de alguns de seus quadros. Uma passagem especialmente significativa, para nossos propósitos, é quando Evaristo é indagado sobre Rui Coelho: “Luitgarde – No caso da resposta do professor Rui Coelho, trata-se então de um erudito e não de um professor. Não lhe parece?

Evaristo – Não. Nada impede que o professor seja um erudito ou que um erudito seja professor. Uma mesma pessoa pode fazer mais de um curso superior ou dedicar-se a mais de um campo de estudos, para não chegar àquele caso extremo do especialista, que sabe cada vez mais de cada vez menos... Eu próprio, para dar meu exemplo – sempre antipático, segundo Pascal... – fiz os cursos de Direito e de Filosofia. Nesses cursos

tive oportunidade de estudar, não só filosofia propriamente dita, como: Psicologia, Lógica, Estética, Ética, Economia, Sociologia, Psicologia Educacional, Administração Escolar, Didática Geral e Especial. O universo de interesses foi bem amplo” (KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 26).

Evidentemente, tal estilo de trabalho acadêmico afigura-se bastante improvável para aqueles que precisam extrair seu sustento do trabalho intelectual e estão submetidos a exigências acadêmicas de produção. A nosso ver, trata-se de um estilo de trabalho marcado por um *ethos* aristocrático e pela liberdade econômica que garante ao indivíduo as bases materiais e a perícia cultural para dedicar-se desinteressadamente pelas coisas intelectuais. É compreensível, pois, que até o estabelecimento de um campo acadêmico de Ciência Política, a partir da década de 1970, os estudiosos da política fossem *intelectuais* em sua maioria formados em Direito, apoiados no capital (econômico, social e cultural) herdado de suas famílias e elaborado em seus círculos sociais (KUMASAKA & BARROS, 1988a, p. 6-7 e ss.; *idem*, 1988b, p. 1-7; ARRUDA, 2001, p. 168-174; MICELI, 2001, p. 103-132; CASTRO & OLIVEIRA, 2005, p. 178-182; JACKSON, 2007b, p. 34-37).

Hélio Jaguaribe é um caso arquetípico, já dentro do segundo período, em que começa a formar-se um campo acadêmico de “ciências sociais”. Forma-se em Direito e, assim, inscreve-se no padrão da geração de “cientistas sociais” da primeira metade do século XX, de formação jurídica. Intelectualmente, começa marxista, assimila o culturalismo-historicismo neo-kantiano alemão e, finalmente, a “teoria crítica”, que o permite reunir o marxismo e o culturalismo neo-kantiano (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 3). Representa e defende uma visão de ciência social indiferenciada, entre a Economia, Sociologia, Filosofia, política etc. e, concomitantemente, a figura do *intelectual engajado*, do homem dedicado à cultura e engajado em projetos políticos. Nesse sentido, funda em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp) e, em 1955, o ISEB, cujo quadro de intelectuais seria responsável pela elaboração e difusão do “desenvolvimentismo”, além de vários estudos teóricos em várias áreas das ciências sociais e da economia (JAGUARIBE, 1979). Vejamos, a seguir, algumas passagens, também extraídas de entrevista concedida pelo autor, para ilustrar essas proposições.

“Hiro – Mas o senhor exerceu Direito, isso é que espantou nessa entrevista.

Hélio Jaguaribe – É verdade. Veja bem, a colocação é incorreta. Deveria dizer que, no período que procedeu meu ingresso à Universidade, eu ainda não tinha uma preocupação com consciência social. Comecei a vida intelectual pensando que iria ser escritor e voltaria um pouco para a poesia e para a coisa literária. No final da adolescência esse interesse transformou-se em interesse filosófico. Confesso que, no fundo, eu sou um filósofo e espero voltar a uma cogitação filosófica nos anos de minha velhice. Mas, circunstâncias várias, problemas no Brasil, desafio da compreensão de porque nós funcionamos mal (como quem nasce em uma família de loucos tem tendência para ser psiquiatra, quem nasce em sociedade subdesenvolvida e está angustiado com isso, tem tendência à ciência social), isso me levou, a partir da minha formação jurídica – que, naquele tempo, muito mais que hoje, era muito sociológica – a entrar na ciência social. Mas eu tinha a preocupação de ter uma vida não miserável e poder combinar uma vida razoável, de classe média, com uma vida intelectual. Então, a advocacia me abriu esse caminho. Comecei minha carreira prática com a advocacia. [...] Isso me permitiu, nesse tempo, financiar meus projetos, a revista ‘Cadernos do Nosso Tempo’. Isso me deu, enfim, essa entrada na vida pública” (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 25-26).

E falando da relação do *intelectual* com a política: “Qual é a possibilidade do intelectual de ser ouvido pelo militante se ele se torna um concorrente do militante, disfarçado de intelectual? Não tem sentido. E as pessoas não são tolas e tudo que é falso não vinga. Eu sustentava, então: ‘Somos intelectuais, um intelectual pensa e propõe’. Propõe, defende, tal tese, mas não disputa cargo, não pretende ser eleito. Ele está propondo uma influência prática, mas desinteressadamente. É isso que torna possível um diálogo válido entre um político militante e um intelectual. Mas esse pessoal, disfarçado de intelectual, quer ser deputado, quer ser ministro. É razoável que o pretendam, mas não pensem fazê-lo como titular de uma magistratura intelectual” (*idem*, p. 12).

As dimensões do trabalho intelectual são a “teoria” e a “prática”, isto é, a *práxis* da tradição marxista, a prática interessada, especialmente política. O “intelectual”, então, dedica-se

“desinteressadamente” às idéias (à “teoria”) para propor cursos de ação – que ele, contudo, não leva e *não deve* levar a cabo.

“Luitgarde – Professor, do que eu ouvi, seria um equívoco eu entender que toda a sua apropriação do conhecimento do mundo tem sido pela via teórica?”

Hélio Jaguaribe – Bem, evidentemente o conhecimento teórico, o saber teórico, só se pode obter por via teórica. Não nos façamos ilusões. Nenhuma praticidade conduz a níveis superiores de elaboração, sem prévia armação teórica. Portanto, da praticidade corrente à teoria dos quânta existe um intervalo da cultura, da praticidade corrente à Einstein existe um intervalo de cultura, e assim por diante. A praticidade corrente não conduz a níveis superiores de abstração. É uma ingenuidade do pragmatismo supor isso. Mas, de outra parte, o homem puramente teórico fica sem o ‘*feedback*’ da experiência prática” (*idem*, p. 5).

Trata-se, a nosso ver, de uma posição composta essencialmente por disposições filosóficas (a “teoria”) e políticas (a “prática”; a direção da teoria), com certas pitadas de literatura. Isso fica claro nos próprios termos e qualificações usados por Jaguaribe, quando se refere à sua situação, ao papel do cientista social (que chama, sempre, de “intelectual”) e quando fala sobre suas aspirações intelectuais. Seus temas prediletos são “a sociedade”, interessa-se especialmente pela filosofia da história e tem predileção pelo grande ensaio teórico. É eminentemente ‘teoricista’ e adepto de uma visão humanística de ciência social.

“Luitgarde e Hiro – E como o senhor encara uma afirmação que tem sido feita, geralmente pelo pessoal intelectual do Rio, de que era um intelectual só com intenção de influenciar decisões, mas não preocupado com a institucionalização da prática científica?”

Hélio Jaguaribe – Isso depende... O ISEB teve de tudo. Eu, pessoalmente, inclusive, sou extremamente interessado em filosofia, tenho uma parcela da minha obra dedicada exclusivamente à filosofia. Tenho um grande interesse em teoria social, em teoria do desenvolvimento. Meu livro *Desenvolvimento político e desenvolvimento econômico* é um livro totalmente teórico. Meu estudo *Introdução à sociedade não repressiva* é um livro teórico. Minha produção teórica é grande,

não sou de nenhuma maneira infenso à teoria. Mas, por outro lado, essa minha angústia de contribuir para a modificação da sociedade me leva a achar que tem tantas pessoas que estão na vida teórica pura, que há suficiente espaço para aqueles que pensam a realidade contemporânea e a problemática teórica com uma certa vista à transformação social” (*idem*, p. 18).

Observamos, nos documentos consultados, que Jaguaribe não se refere à pesquisa empírica em nenhum momento: o trabalho do “intelectual” é teórico, trata de teoria e gera mais teoria; o contato com a realidade, por sua vez, é sempre “prática”, isto é, prática política, de “transformação do mundo” orientada pela teoria. Prática que, aliás, não compete ao “intelectual” executar: o ‘contato com o real’ não faz parte do trabalho do “cientista social”, não está dentro do âmbito do trabalho científico-acadêmico, já que se trata do domínio da aplicação prática, do militante, do político. Há uma divisão do trabalho intelectual-militante que confere a este último a obrigação de lidar com as coisas da vida. Assim, o que há de “prático” no trabalho intelectual é, simplesmente, o fato de constituir um *projeto político*, em vez de orientar-se exclusivamente por razões lúdicas. Desse modo, as questões relativas à validade do conhecimento não envolvem o teste e a verificação empírica, manifestando uma confiança absoluta na capacidade de abstração do analista. O trabalho propriamente intelectual é essencialmente teórico – quando não *puramente* teórico, como os trabalhos isebianos de teoria social e econômica (JAGUARIBE, 1979) –, estando distante de um modelo científico de trabalho acadêmico-intelectual. Nessa visão, as “ciências sociais” distinguir-se-iam da filosofia somente pelo objeto, a “sociedade”, e pela orientação política da “teoria”, resguardando a pureza da disciplina mãe das marcas grosseiras do mundo real.

A nosso ver, tal gosto aristocrático pela cultura e pelas idéias é decisivo nos posicionamentos metodológicos, epistemológicos e teóricos assumidos, como, por exemplo, a distância ou mesmo desprezo pela pesquisa empírica ou pelo rigor lógico e a atração por meios de produção mais espontâneos, individuais (teoria de fulano; estilo de sicrano) e carregados de *virtudes* espirituais, sendo, pois, simbolicamente *rentáveis* em um universo social marcado pela distinção.

Tal visão humanística do trabalho intelectual seria “importada” para o campo acadêmico, a partir de meados da década de 1930, e iria ajustar-se progressivamente a princípios de organização e de avaliação do trabalho e a valores propriamente acadêmicos, formando uma espécie de campo acadêmico-intelectual, próprio da área da filosofia e das ciências humanas (ARRUDA, 1995; MICELI, 2001; PEIXOTO, 2001; JACKSON, 2007a; 2007b). Sendo a autonomização de um campo acadêmico uma condição necessária para o surgimento de um campo de Ciência Política relativamente autônomo e, com ele, de uma forma mais profissionalizada, especializada e mesmo científica de estudo de temas políticos, do ponto de vista da formação de um campo específico de Ciência Política, acreditamos que essa visão da ciência política tenha contribuído em pelo menos duas frentes: 1) instituindo uma forte tradição de pensamento e reflexão política, que se transfere ao campo acadêmico e estimula a formação de novas posições acadêmico-intelectuais especialmente interessadas em temas políticos; 2) a problemática do Estado-nação, forte entre 1930 e 1950, colocaria o “Estado” no centro das atenções do pensamento político brasileiro, *abrindo caminho* para o estatismo, manifestado em posições como os marxismos gramsciano e estruturalista (FORJAZ, 1997, p. 7), e, por meio deles, para a “autonomia do político” e o “politicismo” (de ordem e objeto), próprio da Ciência Política *strictu sensu*, como as abordagens neo-institucionalistas. Além disso, impinge algumas marcas no campo de produção da Ciência Política, em função da proximidade social e cultural deste em relação ao campo acadêmico-intelectual das “ciências sociais”, no qual se cria e do qual se destaca. Assim, do ponto de vista teórico-metodológico, tal visão também estimularia *diretamente* a constituição de posições “teoristas” e “societalistas” (de ordem e objeto) no campo de produção da Ciência Política.

IV.2.2. A proximidade com as “ciências sociais” e o societalismo

A visão “societalista” de ciência política refere-se às “ciências sociais”, mais especificamente à sociologia. Toma forma no segundo período, em especial entre a década de 1950 e o fim da de 1960, e depende da institucionalização acadêmica das “ciências sociais” brasileiras, em que se institucionaliza em paralelo o estudo de temas políticos, cada vez mais associado àquelas. Do

início ao fim desse período, a ciência política vai gradativamente afastando-se do Direito e aproximando-se ou mesmo confundindo-se com a Sociologia, sob a rubrica das “ciências sociais”, tanto culturalmente, em suas abordagens, como institucionalmente, passando a instituírem-se matérias de “política” ou de “ciência política” nas cátedras de Sociologia e nas faculdades de Filosofia, nas quais os cursos de Ciências Sociais, em geral, inseriam-se (LAMOUNIER, 1982, p. 409-419; QUIRINO, 1994; ALMEIDA, 2001, p. 239-255; ARRUDA, 2001, p. 286-318; JACKSON, 2007a, p. 119).

A reflexão política nas “ciências sociais” é relativamente tardia, vindo a surgir esporadicamente durante a década de 1950 e a estabelecer-se em meados da década de 1960, enquanto os cursos de Ciências Sociais institucionalizam-se desde a década de 1930, a partir da criação, na USP, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e, nesta, de duas cátedras de Sociologia. Alguns autores sugerem que a causa desse “atraso” tenha sido o domínio das orientações durkheimiana e etnológica na Sociologia (que é o foco das “ciências sociais”)³⁸ (LAMOUNIER, 1982, p. 417; QUIRINO, 1994; FORJAZ, 1997), o que pode ter contribuído para manter os temas políticos associados ao Direito, especialmente às áreas Direito Constitucional, Público e do Trabalho. Tal situação mudaria subitamente durante a década de 1960, em função de dois processos relacionados: o crescimento da importância de temas políticos no campo acadêmico (brasileiro e internacional) e a radicalização ideológica no campo político.

Assim, ainda que a Ciência Política só aparecesse como tal na USP em 1974, temas políticos passam a constituir as principais preocupações do grupo de sociólogos ligados à cátedra de Sociologia I, de Florestan Fernandes.

³⁸ No início, o “político” era abordado (se é que o era) na cátedra de Direito Público: sucedendo-o, a cátedra de Política viria a ser criada em 1940 – vindo a ser ocupada por Paul Arbousse-Bastide, um sociólogo durkheimiano (QUIRINO, 1994, p. 339-340; TRINDADE, 2005, p. 88). A respeito da orientação teórica de Arbousse-Bastide e da hegemonia da tradição durkheimiana na Sociologia e na Etnologia francesas, importada para o curso de Ciências Sociais da USP por meio da missão francesa, cf. Quirino (1994) e Peixoto (2001, p. 497-501).

Curiosamente, a própria trajetória intelectual de Florestan parece retratar o movimento intelectual geral que marcou o campo das ciências sociais: inicia a carreira próximo da sociologia francesa, do funcionalismo e do estruturalismo; interessa-se por temas etnológicos e posiciona-se como um adepto de uma sociologia rigorosamente científica; progressivamente aproxima-se de Marx e de Weber até, finalmente, elaborar uma espécie de sociologia aplicada, de esquerda, profundamente preocupada com os problemas socioeconômicos que afligiam o país (ARRUDA, 1995, p. 175-181). Florestan reúne em torno de sua cátedra um grupo de sociólogos que realiza estudos em regime semi-profissional (*idem*, p. 194). À medida que transcorrem os estudos, o marxismo torna-se a orientação de maior influência (associado a certas pitadas de Weber) e, juntamente com os novos temas de estudo, manifesta-se um deslocamento vigoroso de uma sociologia mais gnosiológica e culturalista em direção a uma sociologia econômica e política. A formação dos projetos de pesquisa “A empresa industrial em São Paulo” e o ambicioso “Economia e sociedade no Brasil” (JACKSON, 2007a, p. 122), entre outros, é um indício significativo disso, bem como a produção do grupo, subsequente a 1961, quando Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni defendem suas teses de doutorado, a qual se volta a problemas estruturais da sociedade brasileira responsáveis por seu “subdesenvolvimento” (ARRUDA, 1995, p. 200-206).

Assim, no decorrer da década de 1960, a chamada “escola paulista” desloca o foco de atenção a temas políticos e econômicos, mas conserva uma posição teórico-metodológica “societalista” (de ordem), baseada em estruturas sociais e econômicas. A sociologia política e econômica desenvolvida, contudo, passa a compor indubitavelmente o pensamento político brasileiro e o campo de produção da Ciência Política, produzindo efeitos neste, sejam eles positivos, influenciando cientistas políticos de formação ou sociólogos interessados em temas políticos a adotarem elementos de sua abordagem, sejam eles negativos, fazendo que sociólogos e cientistas políticos assumam sistematicamente posicionamentos de crítica.

Além da USP, constituiu-se um forte núcleo de concentração marxista na Unicamp, no decorrer das décadas de 1970 e 1980, com algumas figuras de proeminência nas Ciências Sociais e na

Ciência Política, como Décio Saes, Álvaro Bianchi e Armando Boito Jr., fortalecendo a tradição já constituída de estudos envolvendo temas políticos nas Ciências Sociais.

No Rio de Janeiro, a reflexão política ligada às “ciências sociais” é anterior à USP, talvez pela ausência da orientação sociológica acadêmica e durkhemiana, proeminente nesta até a década de 1960. No bojo do processo de institucionalização das “ciências sociais”, cria-se em 1953 o Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (Ibesp), reformulado em 1955 quando passou a se chamar Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Os temas políticos propriamente ditos vigoravam no ISEB. Ainda assim, o que se fazia do lado carioca lembra pouco o que se entende hoje por Ciência Política: à maneira dos pensadores políticos do começo do século, os isebianos produziam ensaios de teoria social e doutrinas político-econômicas, elaboradas para produzir ou orientar a ação política (JAGUARIBE, 1979). Alguns autores apontam, inclusive, para a proximidade do ISEB (e de outras instituições universitárias cariocas, como a Universidade do Brasil) com o poder político federal, sugerindo a primazia do comprometimento ideológico sobre a liberdade acadêmica e científica (MICELI, 2001, p. 113-114). Fato ou não, parece ser verdade que o ISEB não estava comprometido com a formação e autonomização de um campo acadêmico de Ciências Sociais, sendo mais uma espécie de *intelligentsia*³⁹, ao contrário do que ocorrera paralelamente na USP⁴⁰.

Forma-se, assim, uma tradição de pensamento que assimila temas políticos a abordagens que mobilizam ordens das mais diversas para explicar, descrever ou interpretar fatos de natureza também diversa. Tende-se a definir “político” de maneira ampla, referindo-se a formas específicas de relação

³⁹ Sobre os objetivos do ISEB, em especial sua orientação de produção de estudos teóricos com vistas à aplicação por vias políticas, em vez de formar um quadro de profissionais em ciências sociais, consultar a entrevista de Hélio Jaguaribe concedida a Hiro Barros Kumasaka e Luitgarde Barros (KUMASAKA & BARROS, 1988b, p. 10-11, 19) e seu balanço crítico da história e da produção isebiana, em Jaguaribe (1979).

⁴⁰ Sobre as causas da formação de uma iniciativa comprometida com a autonomização acadêmica das “ciências sociais” na USP, cf. Miceli (2001).

ou interação entre grupos, classes ou frações do “mundo” ou da “totalidade” social, atravessadas por forças diversas, não somente políticas. Nesse sentido, quando abordada, a política institucional tende a ser entendida como um conjunto de fatos dependentes de fatores externos, especialmente sociais, como a origem social, seu *habitus*, à dinâmica de classe, constrangimentos econômicos etc. Apesar disso, a visão de ciência política vinculada à Sociologia não é necessariamente “teorista”, havendo uma dispersão de abordagens “societalistas” no contínuo empírico-teórico, manifestando, assim, a diversidade metodológica da própria Sociologia⁴¹.

IV.2.3. O “grupo” mineiro-carioca e a autonomização da Ciência Política

O período que se inicia com a institucionalização nacional da pós-graduação no campo acadêmico brasileiro é marcado pelo aprofundamento da autonomização institucional da Ciência Política, por meio da criação de programas de mestrado e doutorado específicos, em que se institui, de fato, um subcampo acadêmico próprio dessa disciplina. A questão da autonomia cultural (teórica, metodológica, de objeto), contudo, continuaria um impasse, conservando-se posições desfavoráveis a ela, inclinadas à manutenção dos vínculos de dependência cultural com outras ciências humanas e sociais. Não havendo, portanto, consenso quanto à visão de ciência política que defina e distinga a disciplina.

A visão favorável a uma Ciência Política autônoma institucional e culturalmente, estabelecendo-se nas décadas de 1960 e 1970, forjou-se em grande medida na trajetória do grupo de cientistas políticos e sociais mineiros que se formaram no curso de Sociologia e Política da antiga Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG e que, juntamente com alguns cariocas, fundariam dois centros de Ciência Política relacionados, o Departamento de Ciência Política, na UFMG, e o Iuperj⁴². A principal característica

deste “grupo” é o posicionamento sistemático a favor da pesquisa empírica nos estudos da Ciência Política e das ciências sociais em geral. São distintivamente críticos do “teoricismo” e infensos a qualquer postura acadêmico-intelectual, em ciências sociais, que não submeta abstrações a um rigoroso controle empírico. Também significativa, mas menos consensual entre os elementos do “grupo”, é o posicionamento favorável ao “politicismo” (de objeto e, em menor grau, de ordem e objeto). A nosso ver, sua tomada de posição no campo das ciências sociais brasileiras produz os seguintes efeitos: 1) são os responsáveis diretos da autonomização *institucional* da Ciência Política, destacando-a oficialmente das “ciências sociais” e da Sociologia e demarcando um campo institucional específico; 2) são os principais responsáveis pela introdução no campo de produção das ciências sociais, especialmente na fração de Ciência Política, de áreas temáticas e abordagens de orientação “empirista” e “politicista” (de objeto), abrindo um importante precedente para que outros elementos dessas orientações desenvolvessem-se no Brasil. Esses efeitos conjugados estimularam, a nosso ver, a autonomização institucional e cultural da Ciência Política brasileira, fazendo o “grupo” mineiro-carioca e o “eixo” UFMG-Iuperj os pioneiros desse processo.

Tomando os mineiros como referência, acreditamos que os seguintes fatores, combinados, sejam responsáveis pelos posicionamentos do ‘grupo’ e seus efeitos.

No período de graduação, em meados da década de 1950, os mineiros formam-se em um curso de “Sociologia e Economia” carregado de disciplinas jurídicas e econômicas, além da presença da estatística e matemática, o que era incomum nos cursos vinculados a faculdades de

⁴¹ Os dados que suportam essa proposição serão apresentados, em breve, em um próximo trabalho, dedicado à análise estatística da produção acadêmica da Ciência Política brasileira de 2004 a 2008. Por enquanto, pode-se consultar o primeiro capítulo de minha dissertação de mestrado (LEITE, 2010).

⁴² Os seguintes acadêmicos são as referências do “grupo”

mineiro-carioca do “eixo” UFMG-Iuperj: Wanderley Guilherme dos Santos, Fábio Wanderley Reis, Bolívar Lamounier, Antonio Octávio Cintra, Simon Schwartzman, Amaury de Souza, Edmundo Campos Coelho, Eli Diniz, Olavo Brasil de Lima Jr., Renato Boschi, Teotonio dos Santos, Vinicius Caldeira Brandt, Herbert José de Souza, Ivan Ribeiro, Elcio Saraiva, Maurício Cadaval, José Murilo de Carvalho e Vilmar Faria. Os mineiros são maioria, em número de acadêmicos.

Filosofia⁴³ (ARRUDA, 2001, p. 307-318). Os estudos partidários e eleitorais já eram uma preocupação importante no curso, e do ‘grupo’ mineiro (OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 364), o que, aliás, manifestava-se nos conflitos com o grupo de Orlando de Carvalho, que também estudava partidos e eleições, mas na Faculdade de Direito e sob prisma jurídico (Lamounier *apud* FORJAZ, 1997, p. 16). Há indícios na literatura de que esse conflito era motivado por fatores teórico-ideológicos, em que os integrantes do “grupo” mineiro acusavam a abordagem dos juristas de “formalista” e “conservadora” (FORJAZ, 1997, p. 15-16), e por um conflito profissional oriundo da sobreposição de interesses de pesquisa envolvendo posições acadêmicas próximas mas suficientemente distintas, engendrado, pois, pela competição por um espaço profissional (*idem*, p. 13 e p. 15-16, em especial as declarações de Bolívar Lamounier). A própria ocorrência de um conflito com essas características, em torno dessas circunstâncias, indica-nos que os mineiros já se interessavam pela política institucional, objeto à época tipicamente jurídico, com a diferença de que se vinculavam institucionalmente – e culturalmente – a disciplinas das “ciências sociais”.

Assim, fora do eixo Rio-São Paulo e já em fins da década de 1950, algo relativamente próximo de uma concepção atual de Ciência Política já era feito nas faculdades de Direito e de Economia da UFMG. A *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (RBEP), vinculada à Faculdade de Direito e liderada por Orlando de Carvalho, publicou trabalhos de estudos eleitorais, partidários e de análise institucional que em certa medida antecipam as abordagens “politicistas” da Ciência Política contemporânea, mas a partir da óptica do Direito Constitucional (LAMOUNIER, 1982, p. 417-418; FORJAZ, 1997; ARRUDA, 2001, p. 329).

Ainda que os mineiros tenham se oposto ao grupo de Orlando⁴⁴, julgamos ser provável que

essa tradição de estudos, na qual eles inseriam-se, tenha contribuído para sua predileção pela política institucional, a adesão a abordagens “politicistas” e o posicionamento favorável à Ciência Política autônoma, depositando predisposições que floresceriam com a pós-graduação na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso) e nos Estados Unidos⁴⁵. Assim, em um dos lados, temas políticos são tratados estritamente à luz do Direito, implicando, teoricamente, uma “ciência política” totalmente dependente deste. Do outro, a presença do Direito é menor, abrandada pela tradição sociológica, além da presença de disciplinas econômicas e de administração. A nosso ver, essa situação manifesta, no interior de uma só instituição, a situação ambivalente da ciência política e o germe do aprofundamento de sua autonomização. Do outro lado, as influências sociológicas⁴⁶ e o pertencimento a uma posição acadêmica e profissional ligada à “sociologia política” estimularia esses acadêmicos a distinguirem-se do Direito⁴⁷. Processando o objeto político oriundo de uma abordagem jurídica a partir de influências sociológicas e econômicas, o desenlace seria a inclinação a uma Ciência Política de feição contemporânea e a uma visão “politicista” (de objeto) desta, enfatizando a política institucional.

Aliás, há na literatura indícios de que durante a graduação os mineiros tinham um forte interesse político *prático* – muitos, inclusive, militavam na

de Bolívar Lamounier com a obra de Orlando de Carvalho é compreensível, já que ele seria um dos mineiros a aderir a abordagens institucionalistas (seria, mesmo, um dos seus pioneiros no Brasil) e a fazer estudos partidários e institucionais, à medida que passasse a opor-se ao “societalismo” marxista.

⁴⁵ Os trabalhos publicados pelo próprio grupo de Orlando, aliás, parecem ter chamado a atenção do grupo mineiro à importância da política institucional (ARRUDA, 2001, p. 329; LAMOUNIER, 1982, p. 415-416)

⁴⁶ Elementos da formação sociológica dos mineiros podem ser conferidos na entrevista de José Murilo de Carvalho concedida a Oliveira, Ferreira e Castro (1998), de Gláucio Ary Dillon Soares concedida a Gomes e D’Araújo (2008), e em Arruda (2001, p. 356-360).

⁴⁷ Bolívar Lamounier faz uma curiosa observação, sugerindo que, não fosse o conflito profissional oriundo da competição entre a Faculdade de Direito e a de Economia e Administração, provavelmente o grupo de cientistas políticos mineiros seria um grupo de advogados (FORJAZ, 1997, p. 16).

⁴³ A proeminência dessas disciplinas pode ser atribuída ao objetivo inicial do curso, de formar elites técnicas para compor cargos administrativos em instituições do Estado. Cf. Arruda (2001, p. 207-303).

⁴⁴ Sobre as afinidades entre a abordagem representada por Orlando de Carvalho e o “neo-institucionalismo”, cf. Lamounier (1982, p. 417-418). Aliás, o “acerto de contas”

política estudantil (OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 356-360) – e que esse interesse tenha estimulado a tomada da política institucional como foco de estudo e tenha sido um fator de aproximação entre o “grupo” mineiro e cientistas sociais cariocas deslocados ou que não mais se encaixavam no padrão militante-intelectual das “ciências sociais” no Rio de Janeiro. Nesse sentido, Forjaz propõe que a forte cultura política de Minas Gerais e a cultura político-militante dos cariocas contribuiu para que se aproximassem – focando temas políticos. Isso, também, estaria por trás da adesão a abordagens e posicionamentos “*politicistas*” (de objeto e de objeto e ordem): “A inclinação para a política dos mineiros, que os transforma em atores importantes do processo de afirmação da Ciência Política brasileira, encontra eco na tradição intervencionista e militante das ciências sociais no Rio de Janeiro, imensamente marcada pela experiência isebiana [é o caso de Wanderley Guilherme dos Santos]. O intercâmbio e a comunicação fluem facilmente entre esses dois grupos de intelectuais ancorados em uma concepção de ciências sociais na qual a esfera da política é extremamente valorizada” (FORJAZ, 1997, p. 12).

“Os nossos contatos intelectuais, que procuravam acentuar mais a análise política, eram no Rio de Janeiro. O eixo era Minas-Rio. As revistas de Minas, a Brasileira de Estudos Políticos e a Brasileira de Ciências Sociais tentavam publicar gente do país inteiro, mas quem atraía mais a atenção era o pessoal do ISEB. Como Guerreiro Ramos e Hélio Jaguaribe, que tinham muito o que dizer enquanto cientistas políticos” (Lamounier *apud* FORJAZ, 1997, p. 13).

A seguir, com a intensa influência intelectual dos cursos de especialização e mestrado na Flacso e do doutoramento nos Estados Unidos, acrescidos à desilusão política com o golpe militar de 1964, deslocaria o interesse político à *ciência* da política: o foco continuaria sendo a política, mas a partir de uma abordagem positiva e eminentemente empírica; esta última característica, aliás, tendo raízes na graduação.

Outro provável fator de influência sobre as posições acadêmico-intelectuais do “grupo” mineiro é o regime de bolsas de estudo no curso de Sociologia e Economia, que conferiu a este um caráter altamente competitivo e semiprofissionalizado, exercendo um forte

estímulo para que os graduandos bolsistas profissionalizassem-se e seguissem a carreira acadêmica (ARRUDA, 2001, p. 304; OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 359-363; MICELI, 1993, p. 59). De forma semelhante ao grupo de estudantes que se formou em torno de Florestan Fernandes, na USP, tais circunstâncias de trabalho inclinariam os mineiros à especialização e à profissionalização da atividade acadêmica que, por sua vez, combinadas com o foco sobre a política institucional, incliná-los-ia a favorecer a especialização da Ciência Política e mesmo, no caso de alguns, como Simon Schwartzman, Bolívar Lamounier e Wanderley Guilherme dos Santos, a deliberadamente buscá-la.

No que se refere especificamente à posição teórico-metodológica estabelecida na década de 1970, o fato mais importante parece ter sido a experiência na Flacso. Após a graduação, vários mineiros e cariocas vão ao Chile para pós-graduarem-se nessa instituição, que então já era um núcleo em que as ciências sociais norte-americanas exerciam forte influência. “De Minas, foram Fábio Wanderley, Bolívar Lamounier, Simon Schwartzman, Amauri de Souza. Do Rio, Wanderley Guilherme, César Guimarães, Carlos Hasenbalg. Posteriormente, foram também Renato Boschi, Elisa Reis, Olavo Brasil, os três de Minas” (José Murilo de Carvalho *apud* OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 365). Lá, são fortemente influenciados pela ciência social norte-americana; seu empirismo, sua forte atenção à pesquisa empírica, em especial. Diz a respeito Antonio Octávio Cintra: “E a Flacso foi, literalmente, uma lavagem cerebral... a gente já estava predisposta... realmente era uma orientação muito da Sociologia norte-americana. Então, nós voltamos muito imbuídos daquilo tudo... Muito neo-positivismo... essa foi uma grande influência” (Cintra *apud* ARRUDA, 2001, p. 321). A orientação metodológica paralelamente empirista e quantitativa da Flacso (aliás, tipicamente norte-americana) e a continuidade ante a formação adquirida na graduação manifestam-se claramente nas palavras de José Murilo de Carvalho, que reproduzimos a seguir: “Ele [Johan Galtung, discípulo de Paul Lazarsfeld e professor na Flacso] vinha para recrutar. Fui entrevistado por ele para ir para a Flacso e fui aceito, mas sem bolsa, porque não consegui resolver uma equação, imagino que bastante simples, que ele me mandou resolver na entrevista. Minha álgebra não foi suficiente... Sem

bolsa, como eu não tinha dinheiro, não pude ir. Isso já mostra o estilo de orientação deles, particularmente do Galtung: uma orientação muito matemática, muito quantitativa, que tinha muito a ver com a ciência social norte-americana. O único gancho que esse tipo de estudo encontrou na Faculdade de Ciências Econômicas foi via estudos eleitorais. Isso já existia lá, Orlando de Carvalho tinha isso na *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, e por aí não houve um corte significativo. Mas do ponto de vista geral houve uma mudança importante, que na época, inclusive, gerou debate. Eu me lembro de um artigo do Antônio Octávio Cintra que se chamava “Sociologia: ciência fática”. Wanderley Guilherme dos Santos, que então estava no Iseb, respondeu com muita ênfase, como lhe é próprio. Posteriormente Wanderley também foi para os Estados Unidos, mas certamente havia um conflito bastante grande entre a nova orientação e o que se praticava em São Paulo e no Rio de Janeiro, particularmente no Iseb” (Carvalho *apud* OLIVEIRA, FERREIRA & CASTRO, 1998, p. 362).

Nesses termos, é como se a experiência na Flacso atualizasse disposições previamente adquiridas, direcionando os cientistas sociais mineiros a orientações empíricas e, com a Ciência Política norte-americana, ao ‘politicismo’ (de objeto). O doutoramento nos Estados Unidos, de meados dos anos 1960 a meados dos 1970, seria o prolongamento natural dessa trajetória. Lá se doutoram Fábio Wanderley Reis (University of Harvard), Wanderley Guilherme dos Santos (Stanford University), Simon Schwartzman (University of California, Berkeley), Antonio Octávio Cintra (Massachusetts Institute of Technology), Bolívar Lamounier (University of California, Los Angeles), Renato Boschi (University of Michigan), Gláucio Ary Dillon Soares (Washington University St. Louis) e José Murilo de Carvalho (Stanford University), para mencionar alguns. Com a exceção de Gláucio, que se doutora em Sociologia, *todos* o fazem em Ciência Política. Retornariam ao Brasil prontos para tomar uma posição entre a elite do campo das ciências sociais, combatendo as posições “anticientíficas” estabelecidas no campo – em especial, o marxismo. A nosso ver, são as experiências na Flacso e nos Estados Unidos, somadas ao interesse em política (em especial, a política institucional), que aproximariam cariocas e mineiros, além da emigração de mineiros para o

Rio de Janeiro no decorrer da década de 1970 – em especial para o Iuperj – em virtude de problemas com o estabelecimento do Departamento de Ciência Política na UFMG (ARRUDA, 2001, p. 321 e p. 362-365), fortalecendo os laços.

A tomada de posição dos cientistas políticos mineiros e cariocas não decorre somente de suas trajetórias acadêmicas: encontram condições objetivas propícias para realizar-se. Em 1968 inicia-se um extenso processo de reforma do sistema universitário brasileiro e um vigoroso programa de expansão da pós-graduação, em que as ciências sociais, antes pouco consideradas pelas agências governamentais de fomento, passariam a ganhar cada vez mais espaço, tanto no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que em 1964 passara a ser a instituição responsável por formular a política científico-tecnológica nacional, como na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), além de outras agências regionais, como a Fapesp. É também na segunda metade da década de 1960 que a Fundação Ford, estimulada pelo cenário político internacional de escalada da influência acadêmica e política do marxismo e do comunismo, implantaria um amplo projeto de financiamento às ciências sociais na América Latina e, em particular, no Brasil (MICELI, 1990; 1993; 2001; REIS, 1993). Desconfiada das tendências ideológicas da Sociologia (não por menos, dado o crescimento vigoroso do marxismo na academia latino-americana nos anos 1960), a Fundação Ford focaria a Ciência Política e a Antropologia, em especial por tratarem-se, então, de disciplinas pouco institucionalizadas no país. Tratou-se de uma oportunidade de exportar os padrões americanos de organização do trabalho acadêmico e científico e suas abordagens teóricas e metodológicas (MICELI, 1990; 1993) a campos acadêmicos incipientes, ainda que, ao que parece, não ter exercido pressão sistemática para controlar as orientações políticas e o pensamento dos grupos e instituições financiados⁴⁸, em parte, como sugere

⁴⁸ Veja-se, por exemplo, o caso do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec), um centro de pensamento de caráter fortemente de esquerda, criado e sustentado com o financiamento da Ford.

Miceli, pela orientação mais “liberal” do escritório latino-americano, que se distinguia da matriz, mais “conservadora” e politicamente preocupada. Assim, a Ford não só financiaria os doutoramentos de vários integrantes do ‘grupo’ mineiro-carioca, como financiaria suas iniciativas no campo institucional, injetando dinheiro no programa de mestrado em Ciência Política da UFMG (criado em 1969), no do Iuperj (também em 1969), além de financiar o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) (criado em 1969; como se vê, é uma data-chave), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (Cedec) (de 1976) e o Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos de São Paulo (Idesp) (de 1980), para mencionar os principais. Além disso, há o já mencionado processo de radicalização ideológica generalizado, ancorado em fatos políticos significativos (ditaduras de direita na América Latina; golpe militar de 1964 no Brasil; Revolução Cubana; Guerra do Vietnã etc.), que colocaria a política na ordem do dia – inclusive nos campos acadêmicos. Sem a expansão da pós-graduação, o apoio da Fundação Ford e o próprio cenário político internacional (que influencia a ação da Ford) não vemos como a posição acadêmico-intelectual do grupo mineiro-carioca poderia ter se convertido em posições institucionais, sem as quais não seria possível produzir a influência que produziram com o “eixo” UFMG-Iuperj.

Influenciados pelo modelo norte-americano de ciência social, altamente profissionalizada e especializada, baseada na figura do *scholar* e na divisão do trabalho em redes de pesquisadores organizados em torno de temas comuns, na veiculação da produção a partir de periódicos, favorável à pesquisa empírica e aos métodos quantitativos, grande parte dos cientistas políticos mineiros e cariocas viria a acusar a falta de cientificidade das “ciências sociais” brasileiras e das inconsistências que tal disposição produziria no estudo do “político”; da política institucional, em especial. Estando as “ciências sociais” (*i. e.*, a Sociologia) da época marcadas pela ascensão de visões e abordagens humanísticas e mesmo hostis à ciência, e estando interessados na política, a Ciência Política tornar-se-ia, a nosso ver, uma espécie de “refúgio” para os cientistas políticos mineiros e cariocas. O que não se reduziria a uma questão metodológica,

estendendo-se também à maneira de organizar e valorizar o trabalho acadêmico (MICELI, 1990, p. 34-35).

Contudo, na inexistência de um campo de produção autônomo, na fração do campo de produção que abordava temas políticos havia posições estabelecidas diametralmente contrárias às orientações teórico-metodológicas de mineiros e cariocas – na visão destes, anticientíficas e demasiado “societalistas” (de ordem e objeto). O marxismo, como praticado, seria a principal dessas abordagens. Novamente, o principal foco de tensão ocorreria em relação à sociologia paulista, que, além de marcar-se cada vez mais por uma suposta posição “anticientífica”, caracterizava-se por sua organização e estilo de trabalho à francesa, pela predominância do “ensaísmo” e da orientação “teoricista”, apesar do projeto “cientificista” de Florestan tocado no decorrer da década de 1950 e do distanciamento relativo de seu grupo em relação à cultura literária que marcara as primeiras gerações e as outras cátedras do curso de ciências sociais (ARRUDA, 1995; MICELI, 2001, p. 127-133; PEIXOTO, 2001; JACKSON, 2007a).

Sucederia uma intensa luta acadêmico-intelectual, demarcada em torno do tema “político”, em que se buscava fundar de uma vez por todas uma ciência social positiva (especialmente por parte de Fábio Wanderley Reis e Antonio Octávio Cintra) e a instituir uma Ciência Política institucional e, em menor grau, culturalmente autônoma, baseando-se na idéia de autonomia das instituições políticas (especialmente por parte de Simon Schwartzman e Bolívar Lamounier). O que, por sua vez, não seria possível a partir das abordagens “societalistas” (de ordem e objeto), em especial o marxismo, que por princípio recusaria a especialização profissional baseando-se na idéia de “totalidade social” (evita-se a especialização porque o mundo é um “todo” integrado; a especialização profissional do trabalho acadêmico e a especialização dos métodos é influência do sistema de produção capitalista etc.). Embora o marxismo fosse o principal ‘alvo’, também iria-se criticar certas orientações demasiado “sociologizantes” das “ciências sociais”, em especial a sociologia funcionalista e estruturalista, especialmente a dukheimiana, cujo “desinteresse pela política” sabotaria de partida a possibilidade de uma Ciência Política.

Essa oposição sistemática já se manifesta com clareza nos últimos números da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*⁴⁹, em que os mineiros, de volta dos Estados Unidos, iniciam seu posicionamento no campo, passando a assumir uma posição cada vez mais cristalizada (ARRUDA, 2001, p. 338-339 e p. 354-356). Com o fim do periódico, em 1966, e o relativo insucesso do Departamento de Ciência Política na UFMG (*idem*, p. 321) muitos mineiros migram para o Iuperj⁵⁰, onde já estão importantes cientistas políticos cariocas, como Wanderley Guilherme dos Santos, estabelecendo o “eixo” de intercâmbio de pessoal e idéias UFMG-Iuperj. No Iuperj, por sua vez, é criado o principal veículo de posicionamento acadêmico-intelectual do “grupo” mineiro-carioca, o periódico (com o sugestivo nome) *Dados*. O “grupo” de cientistas políticos mineiros e cariocas ganha assim uma expressão institucional, além das proximidades teórico-metodológicas e as semelhanças acadêmicas que os aproxima no campo acadêmico e os une contra adversários comuns.

A posição de mineiros e cariocas transluz nos seguintes trechos, apontados contra o marxismo (paulista). Começando pelo “cientificismo” e o “empirismo”: “A idéia de totalidade, como a encontramos desenvolvida e utilizada na produção sociológica brasileira mais recente, e na forma pela qual tem curso nas discussões que se dão no ambiente universitário ligado às ciências sociais, parece ter como fonte próxima as teses de Gurvitch e/ou as teses marxistas. Haveria, também, uma certa correlação entre o recurso heurístico à ‘totalidade’, ‘método dialético’ e os ‘métodos intensivos’ ou ‘qualitativos’ de coleta de evidências” (Antonio Octávio Cintra *apud* ARRUDA, 2001, p. 356).

⁴⁹ Periódico publicado entre 1961 e 1966 pela Faculdade de Economia e Administração da UFMG. Em 1986, a Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs) passaria a publicar um periódico com o mesmo nome.

⁵⁰ Simon Schwartzman (em 1970), José Murilo de Carvalho (em 1978), Renato Boschi (1976), Elisa Reis (1980), Olavo Brasil de Lima Jr., Bolívar Lamounier, Edmundo Campos Coelho e Eli Diniz. Wanderley Guilherme dos Santos, carioca, seria um dos maiores responsáveis pelo estabelecimento do Iuperj, em que também lecionariam Carlos Alfredo Hasenbalg e Gláucio Ary Dillon Soares.

“Conceitos como o de ‘interesse objetivo de classe’ (contraposto ao interesse empírico ou fenomênico), de ‘falsa consciência de classe’ e ‘alienação’, de ‘lógica do processo histórico’ etc., podem revelar-se efetivos ou não em nível supra-científico de indagação. Não cabe aqui discuti-lo. No nível propriamente científico parecem paralisar a investigação sociológica na tarefa de sempre confirmar qualquer que seja o comportamento da realidade social, as previsões decorrentes do nível essencial, dos inobserváveis. [...] se não se aceita o próprio método da ciência, e se foge ao âmbito do conhecimento científico, recusando-se o critério da auto-correção do conhecimento pela experiência controlada e comunicável, a solução só pode vir de pressupostos mais ou menos irracionais: o argumento de autoridade, o dogma de classe ou de nação etc.” (*idem*, p. 356-357).

Maria Arminda do Nascimento Arruda sintetiza o argumento de Antonio O. Cintra: “Os procedimentos inerentes ao saber empírico são, assim, contrapostos a concepções, como a marxista, que *pressupõem a negação da experiência* como forma mais legítima para construção do conhecimento” (ARRUDA, 2001, p. 357; sem grifos no original).

Wanderley Guilherme dos Santos faz eco às objeções de Antonio Octavio Cintra, mas referindo-se a um “certo” marxismo: “Dada a influência incontestável que o marxismo exerce na produção latino-americana é oportuno assinalar que, entre os entraves ao conhecimento sobre política na América Latina, encontra-se uma variante escolástica do marxismo caracterizada, exatamente como o positivismo do século passado, pelo onanismo conceitual, pela obsessão definicional, pelo fanatismo do dogma. Ao lado da produção marxista de boa qualidade que, juntamente com outras correntes, tem contribuído para o avanço do conhecimento sobre a realidade política latino-americana, amontoam-se volumes e mais volumes, ensaios, revistas e opúsculos estritamente ocupados em decifrar o verdadeiro sentido dos ensinamentos do mestre, em esclarecer conceitos e em distribuir passes de entrada para o círculo dos iluminados e verdadeiros marxistas” (SANTOS, 1979, p. 25).

E no que se refere ao “societalismo”, Wanderley Guilherme dos Santos sugere tratar-se de uma tendência das ciências sociais latino-americanas: “A busca por um entendimento mais globalizante,

menos parcelado, da realidade política é uma característica visível na produção latino-americana. Escassos são os trabalhos de peso que, ocupados somente com uma dimensão apenas do sistema político – seja por exemplo o sistema partidário, o papel do legislativo ou as políticas governamentais –, não procurem de alguma forma referi-los à sociedade global a fim de que ganhem pleno sentido e inteligibilidade” (*idem*, p. 18).

Direcionando-se ao alvo principal, a USP, Bolívar Lamounier acusa a falta de atenção com a política institucional. Embora a crítica também possa ser direcionada ao marxismo uspiano, tendente a ignorar a política institucional, tanto como *objeto* quanto como *ordem*, trata-se essencialmente de uma crítica à tradição sociológica francesa, baseada em Durkheim: “Não se trata aqui de discutir o acerto ou não dessa orientação geral dos estudos sociológicos da USP. Afirma-se apenas que ela teve como consequência um *sociologismo* às vezes exagerado, na medida que [*sic*] não dirigia a atenção aos temas propriamente políticos, ou político-institucionais. Esta impressão é confirmada por um rápido levantamento da produção de ciências sociais da USP. De 37 teses de doutoramento apresentadas durante o período de 1945 a 1964, [n]o máximo 13 poderiam ser classificadas como estudos de Ciência Política. Dessas 13, duas tratam dos empresários; três versam sobre relações de trabalho e sindicatos; duas sobre educação e movimentos estudantis; uma sobre movimentos messiânicos; duas sobre crescimento econômico e intervenção estatal; três sobre a história do pensamento político. Como se vê, nenhuma focalizou os partidos políticos, em que pese a riqueza, hoje reconhecida da experiência pluripartidária iniciada em 1945; nenhuma tratou do sistema eleitoral então adotado, de suas transformações e implicações, ou dos padrões de comportamento eleitoral; e nem mesmo do papel dos militares ou da estrutura das instituições militares. A leitura sobre partidos e representação política dos anos cinquenta foi quase toda produzida nas escolas de Direito ou por pesquisadores isolados, freqüentemente fora do eixo São Paulo-Rio. O próprio fenômeno do *ademarismo* e do *janismo*, paulista por excelência, embora chamasse imediatamente a atenção dos jornalistas e de alguns sociólogos fora de São Paulo, não foi abordado pela sociologia paulista até meados dos anos sessenta” (LAMOUNIER, 1982, p. 417-418; grifos no original).

Não se trata somente de uma oposição teórico-metodológica, mas uma discordância mais profunda, que alcança os princípios do trabalho intelectual, manifestando uma visão radicalmente oposta da própria ciência social e, com ela, de ciência política: “Por uma série de motivos que não nos cabe agora analisar, a sociologia brasileira busca ainda o rigor científico necessário ao seu progresso e à sua eficácia. *O gosto pelo ensaísmo e o divórcio entre a pesquisa empírica e as sistematizações teóricas têm prejudicado ambos os momentos do trabalho científico*. Já é hora, portanto, constatada a deficiência, de se tentar contribuir para superá-la. No nível teórico essa superação pode ser tentada abandonando-se a pretensão de construir esquemas conceituais muito amplos, desvinculados de toda possibilidade de pesquisa empírica comprobatória, para se tentar a formulação de teorias específicas sobre aspectos mais modestos da realidade social. Tecnicamente, abandonar as teorias gerais para concentrar esforços na elaboração de “teorias de alcance médio” (Vilmar Faria *apud* ARRUDA, 2001, p. 358; sem grifos no original).

Referindo-se aos trabalhos *Empresário industrial e desenvolvimento econômico*, de Fernando Henrique Cardoso, *Raízes sociais do populismo em São Paulo*, de Francisco Weffort e *A crise do pensamento sociológico*, de Octávio Ianni, Fábio Wanderley Reis direcionaria, entre outras, a seguinte crítica, bastante ilustrativa: “Não se trata de guerra à dialética, não se trata sequer de defesa do funcionalismo como ‘enfoque’ especial que é: trata-se de propugnar um compromisso mais sério com padrões que orientem o trabalho dos estudiosos dos fenômenos sociais em um sentido em que tal trabalho possa ser fonte de conhecimentos e não reiteração indefinida de princípios gerais” (Reis *apud* ARRUDA, 2001, p. 358).

Um debate interno ao “grupo” mineiro-carioca ajuda-nos a identificar a importância da questão da “autonomia do político” e do foco sobre a política institucional, manifestando também as oposições entre eles, indicando que o posicionamento no contínuo “politicismo-societalismo” não era consensual – bem menos que no contínuo “empírico-teórico” – ainda que, a nosso ver, assim como para Forjaz (1997), houvesse tendência significativa ao “politicismo” de objeto, variando mais os posicionamentos

quanto ao “politicismo” de objeto e ordem. Nesse sentido, Simon Schwartzman representa uma posição mais próxima da visão de Ciência Política *stricto sensu*, autônoma institucional e culturalmente, enquanto Gláucio Ary Dillon Soares mantém-se um sociólogo, apesar de tratar da política institucional, oscilando, portanto, entre o “politicismo” de objeto e o “societalismo” de ordem. Os seguintes trechos, retirados de entrevista de Gláucio a Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araujo é extremamente esclarecedora a esse respeito: “[Gomes e D’Araujo] – Sociedade e política no Brasil, *ao sair, causou certo impacto na academia. Era uma primeira sistematização do processo eleitoral no Brasil durante um longo período.*

[Gláucio] – Era sociologia política.

[Gomes e D’Araujo] – *E aí veio o livro da Maria do Carmo Campello de Souza, Estado e partidos políticos no Brasil, em 1976. Enquanto você estudava partidos e eleições, ela estudava partidos e governo.*

[Gláucio] – Sim. Antes de ler, encontrei com Simon Schwartzman, e ele disse: ‘É contra a gente!’ Simon também me criticava muito por ser pela sociologia política. Ele tendia a privilegiar o político na explicação do político. Àquela altura já tinha publicado *São Paulo e o Estado Nacional*, com a história das coalizões entre o Sul e Minas contra São Paulo. O que a Maria do Carmo dizia era: ‘Olha, vocês esqueceram os partidos. Tem partido aí’. E a verdade é que nós esquecemos os partidos, sim. Mas ela não escreveu isso em um sentido hostil, simplesmente afirmou isso, e era verdade. [...]

Como disse há pouco, quem foi muito crítico com o *Sociedade e política no Brasil* foi o próprio Simon, mas pessoalmente, verbalmente. Mande o livro para o Antônio O[c]tavio Cintra, que é um fantástico crítico, para o Simon e para mais alguém para que fizessem comentários, e o do Simon foi que se de via explicar o político muito mais pelo político. ‘Pára com esse negócio de urbanização, industrialização, classe’. Acho que Simon estava negando o passado marxista dele, uma negação que começou na Flacso, porque por um tempo ele se entusiasmou com a perspectiva do Peter Heintz. O problema com o Olavo foi o detalhe de que a unidade de análise não devia ser aquela, enquanto Simon dizia que o enfoque estava errado.

Não podia ser sociologia política e afirmar que era ciência política” (Soares *apud* GOMES & D’ARAÚJO, 2008, p. 340-341).

A unidade desse “grupo” de acadêmicos é notável, mas, com efeito, *não* se pode dizer que o “grupo” mineiro-carioca ou o “eixo” UFMG-IUPERJ era monoliticamente favorável a uma visão de Ciência Política autônoma *culturalmente*, sendo, portanto, “politicistas” de ordem e objeto, como mostra a discussão entre Gláucio Ary Dillon Soares e Simon Schwartzman. Acreditamos ser consensual a visão favorável a uma Ciência Política *institucionalmente* autônoma, a valorização da pesquisa empírica (sendo esta mais forte do que a predileção por métodos quantitativos, que a nosso ver existe, mas não é consensual⁵¹) e a importância da política institucional. A exata medida em que esta é considerada autônoma varia de autor para autor, variando, portanto, os posicionamentos quanto à autonomia cultural da Ciência Política. Desse modo, consideramos correta a idéia de que o “grupo” mineiro-carioca e o “eixo” UFMG-IUPERJ tenha contribuído para a autonomização institucional da Ciência Política, por meio da criação de pós-graduações específicas e, em menor grau, para sua autonomia cultural, pela atenção cedida à política institucional, não abordada antes pelas ciências sociais, a qual, combinada com o sucesso acadêmico logrado pelo grupo, pelo IUPERJ e por *Dados*, abre um precedente que favorece ou mesmo estimula o estabelecimento de abordagens e áreas temáticas da Ciência Política *stricto sensu*, como o neo-institucionalismo, vinculadas a uma visão de autonomia total da Ciência Política – que, aliás, instituiu-se com força inclusive na USP, a partir de 1974, com um departamento e um programa de pós-graduação especificamente de Ciência Política e com importantes cientistas políticos vinculados a uma visão *stricto sensu* de ciência política, como Fernando Limongi.

V. CONCLUSÕES

No intuito de direcionar a pesquisa para uma *explicação* dos padrões e oposições identificados na produção acadêmica da Ciência Política brasileira contemporânea, elaboramos uma hipótese para identificar as causas dos contínuos

⁵¹ Ao que parece, a predileção quantitativa é mais forte naqueles acadêmicos que se pós-graduaram na Flacso.

“empírico-teórico” e “politicismo-societalismo”, que acreditamos serem os principais responsáveis pela forma da produção acadêmica.

Essa hipótese afirma que a produção depende de um conflito entre visões de ciência política, a saber, a visão relativa à figura do “intelectual”, a relativa a cientistas sociais “societalistas” e a relativa à autonomia institucional e cultural da Ciência Política. Essas oposições, por sua vez, provêm de uma combinação entre a trajetória acadêmica e as posições teórico-metodológicas assumidas, acrescidas a influências propriamente políticas. Assim, a proximidade social e cultural com o campo intelectual ou determinado campo acadêmico, com determinada disciplina ou área, cumpre um papel central na visão assumida. Cada visão, por sua vez, por meio da ação dos “grupos” e indivíduos que as carregam, produz efeitos distintos sobre o processo de autonomização da Ciência Política, desestimulando-o ou favorecendo-o. Neste último caso, dividindo-se entre o estímulo à autonomia institucional, cultural ou ambas.

Nesse sentido, tentamos relacionar as visões a determinados grupos acadêmicos ou intelectuais, no intuito de identificar, dentro daquele esquema teórico, os fatores determinantes. A figura do “intelectual” é responsável pelas áreas temáticas e abordagens ecléticas, dentro da orientação geral das Humanidades. Essa visão é a principal responsável pelo estilo ensaístico e pela tradição de pensamento teórico (ou “teoricista”) nas “ciências sociais” e na Ciência Política. Além disso,

estabeleceu as condições culturais para a constituição da Ciência Política, a partir da forte tradição de pensamento político e pelo foco conferido ao Estado (tanto o fato político como o conceito). A visão “societalista”, oriunda da heteronomia cultural com o campo das “ciências sociais” e da Sociologia, mantém as fronteiras vagas entre “sociologia política” e “ciência política”, e é responsável pela forte presença da teoria e de abordagens genuinamente sociológicas no campo de produção da Ciência Política, como a problemática das classes, das elites sociais e de suas relações com o Estado. Já a visão relativa à autonomia da Ciência Política, forjada a partir da trajetória e da ação do “grupo” de cientistas políticos mineiros e cariocas pós-graduados na Flacso e nas universidades norte-americanas, separa institucionalmente a Ciência Política das “ciências sociais” e da Sociologia e contribui decisivamente para introduzir no campo de produção abordagens e áreas temáticas “empiristas” e “politicistas” – variando, neste caso, entre o “politicismo” de objeto e o “politicismo” de ordem e objeto.

Por fim, coloca-se uma importante questão, a nosso ver ainda não resolvida: se a autonomia da disciplina depende da autonomia do objeto, como *definir e tratar* o “político” na Ciência Política? E, caso não se acredite em sua autonomia, em que medida faz-se necessária uma ciência da política institucionalmente e profissionalmente destacada da Sociologia ou de outras ciências humanas?

Fernando Baptista Leite (ferngutz@gmail.com) é Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. H. T.** 2001. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- ALMOND, G.** 1990. *A Discipline Divided*. Newbury Park: Sage.
- _____. 1991. Political Science: The History of the Discipline. In: GOODIN, R. E. & KLINGEMANN, H-D. (eds.). *A New Handbook of Political Science*. New York: Oxford University.
- ARRUDA, M. A. N.** 1995. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a “escola paulista”. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 2. São Paulo: Sumaré.
- _____. 2001. A modernidade possível: cientistas e ciências sociais em Minas Gerais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.

- BOURDIEU, P.** 1996. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. Lisboa: Presença.
- _____. 2003. Social Space and the Genesis of 'Classes'. In: *Language and Symbolic Power*. Cambridge, MA: Harvard University. (Trad. portuguesa in: BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003).
- _____. 2004. O mercado de bens simbólicos. In: _____. BOURDIEU, P. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- CASTRO, C. & OLIVEIRA, L. L.** 2005. Entrevista com Luiz Werneck Vianna. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 35, p. 177-191, jan.-jun. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2230/1628>. Acesso em: 30.ago.2010.
- DURKHEIM, E.** 2004. *As regras do método sociológico*. São Paulo: M. Fontes.
- EASTON, D.** 1985. Political Science in the United States: Past and Present. *International Political Science Review*, Thousand Oaks, v. 6, n. 1, p. 133-152, Jan. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/1600975>. Acesso em: 30.ago.2010. (Também disponível in: FARR, J. & SEIDELMANN, R. 1993. *Discipline and History*. Political Science in the United States. Ann Arbor: Michigan University).
- FARR, J.** 1988. The History of Political Science. *American Journal of Political Science*, Houston, v. 32, n. 4, p. 1175-1195. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2111205>. Acesso em: 30.ago.2010.
- FORJAZ, M. C. S.** 1979. De como a "autonomia do político" aprisionou os cientistas sociais brasileiros. *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 11-16.
- _____. 1997. A emergência da Ciência Política no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 35, fev. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300007. Acesso em: 30.ago.2010.
- GOMES, A. C. & D'ARAÚJO, M. C.** 2008. Entrevista com Gláucio Ary Dillon Soares. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, p. 323-349, jul.-dez. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/1375/990>. Acesso em: 30.ago.2010.
- GREER, S.** 1969. Sociology and Political Science. In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- GUNNELL, J. G.** 1988. American Political Science, Liberalism and the Invention of Political Theory. *The American Political Science Review*, Washington, D.C., v. 82, n. 1, p. 71-87. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/1958059>. Acesso em: 30.ago.2010.
- IMMERGUT, E. M.** 1998. The Theoretical Core of the New Institutionalism. *Politics & Society*, Thousand Oaks, v. 26, n. 1, p. 5-34.
- JACKSON, L. C.** 2007a. Gerações pioneiras na sociologia paulista 1934-1969. *Tempo Social*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 115-130. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a07v19n1.pdf>. Acesso em: 30.ago.2010.
- _____. 2007b. Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 22, n. 65, p. 33-49, out. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n65/a04v2265.pdf>. Acesso em: 30.ago.2010.
- JAGUARIBE, H.** 1979. ISEB – Um breve depoimento e uma reapreciação crítica. *Cadernos de Opinião*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 94-110, out.-nov.
- JENSEN, R.** 1969. History and the Political Science. In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- KAPLAN, A.** 1964. *The Conduct of Inquiry*. Methodology for Behavioral Science. San Francisco: Chandler.
- KUMASAKA, H. B. & BARROS, L. O. C.** 1988a. Entrevista com Evaristo de Moraes Filho. *História da Ciência*, Campinas, 8.mar. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/eevaristo.pdf>. Acesso em: 30.ago.2010.
- _____. 1988b. Entrevista com professor Hélio Jaguaribe de Mattos. *História da Ciência*, Campinas, 9.mar. Disponível em: <http://www.cle.unicamp.br/arquivoshistoricos/ehelio.pdf>. Acesso em: 30.ago.2010.

- LAMOUNIER, B.** 1982. A Ciência Política no Brasil: roteiro para um balanço crítico. In: _____. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB, p. 407-433.
- LECA, J.** 1982. A Ciência Política no campo intelectual francês. In: LAMOUNIER, B. *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB.
- LEITE, F. B.** 2010. *Divisões temáticas e teórico-metodológicas na Ciência Política brasileira: explicando sua produção acadêmica (2004-2008)*. Curitiba. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <http://www.4shared.com/document/e9zqheq8/Dissertao-Fernando.html>. Acesso em: 30.ago.2010.
- LIPSET, S. M.** 1969. Politics and the Social Sciences: Introduction. In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- MARTINS, L.** 1987. A gênese de uma *intelligentsia*. Os intelectuais e a política no Brasil: 1920 a 1940. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 65-87, jul. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_04/rbcs04_06.htm. Acesso em: 30.ago.2010.
- MICELI, S.** 1990. *A desilusão americana*. Relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Sumaré.
- _____. (org.). 1993. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré.
- _____. 2001. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: _____. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- MITCHELL, W. C.** The Shape of Political Theory to Come: From Political Sociology to Political Economy. In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- OLIVEIRA, L. L.; FERREIRA, M. M. & CASTRO, C.** 1998. Entrevista com José Murilo de Carvalho. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 357-377, 9.out. Disponível em: <http://virtualbib.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2080/1219>. Acesso em: 30.ago.2010.
- OLSON, M.** 1969. The Relationship Between Economics and the Other Social Sciences: The Province of a "Social Report". In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- PASQUINO, G.** 1982. A Ciência Política italiana: profissionalização lenta e desigual. In: LAMOUNIER, B. (org.). *A Ciência Política nos anos 80*. Brasília: UNB.
- PEIXOTO, F. A.** 2001. Franceses e norte-americanos nas Ciências Sociais brasileiras (1930-1960). In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. V. 1. São Paulo: Sumaré.
- QUIRINO, C.** 1994. Departamento de Ciência Política. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 32, p. 337-348, set.-out. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/43.pdf>. Acesso em: 30.ago.2010.
- REIS, E. P.** 1993. A construção intelectual e a política das Ciências Sociais brasileiras: a experiência do Iuperj. In: MICELI, S. (org.). *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Sumaré.
- REIS, B. & ARAÚJO, C.** 2005. A formação do pós-graduando em Ciência Política. In: MARTINS, C. B. (org.). *Para onde vai a Pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil*. Bauru: USC.
- RICCI, D.** 1984. *The Tragedy of Political Science*. New Haven: Yale University.
- SANTOS, W. G.** 1980. A Ciência Política na América Latina. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p. 15-27.
- _____. 2002. *Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)*. Rio de Janeiro: O. Cruz.
- SARTORI, G.** 1969. From the Sociology of Politics to Political Sociology. In: LIPSET, S. M. (ed.). *Politics and the Social Sciences*. New York: Oxford University.
- SEIDELMAN, R. & HARPAM, E.** 1985. *Disenchanted Realists: Political Science and the American Crisis, 1884-1984*. Albany: State University of New York.

SOMIT, A. & TANENHAUS, J. 1967. *The Development of American Political Science: From Burgess to Behavioralism*. Boston: Allyn and Bacon.

TOBIN GRANT, J. 2004. What Divides Us? The Image and Organization of Political Science. *The Society for Political Methodology*, Working Papers, 25.May. Disponível em: [http://](http://polmeth.wustl.edu/media/Paper/Grant%202004%20What%20Divides%20Us.pdf)

polmeth.wustl.edu/media/Paper/Grant%202004%20What%20Divides%20Us.pdf. Acesso em: 30.ago.2010.

TRINDADE, H. 2005. Ciências Sociais no Brasil em perspectiva: fundação, consolidação e expansão. In: _____. (org.). *As Ciências Sociais na América Latina em perspectiva comparada*. Porto Alegre: UFRGS.

OUTRA FONTE

CAPES. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2009b. *Caderno de indicadores*. Disponível em: [http://](http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/)

conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ CadernoAvaliacaoServlet. Acesso em : 30.ago.2010.

POSITIONS AND DIVISIONS WITHIN CONTEMPORARY BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE: EXPLAINING ITS ACADEMIC PRODUCTION

Fernando Baptista Leite

This article represents a preliminary, exploratory study of the history of Brazilian Political Science. We seek to aid in the identification of the historical roots underlying the two principles upon which the division of academic production in contemporary Political Science is based: the continuums marked by the relationships between theory-empirical reality and between the political- the societal. We begin with a theoretical scheme that has been used to interpret the history of Brazilian political science. We then take advantage of this presentation to discuss certain important empirical issues, particularly those of a conceptual order. We then go on to present our research hypothesis, put together in reference to this schema, in order to provide a direction for historical explanation. Finally, through our hypothesis and making use of bibliographic evidence, we suggest a tentative interpretation. This interpretation turns around the following axes: the processes of institutionalization and autonomization of the field of Political Science, divided into two types: cultural (values, theories, methods etc.) and institutional (referring to the institutionalization of the discipline) autonomization, involving a conflict that is more or less explicit between different perspectives in Political Science.

KEYWORDS: Brazilian Political Science; history of Political Science; intellectuals; dividing principles; perspectives on Political Science.

LES POSITIONS ET DIVISIONS DANS LA SCIENCE POLITIQUE BRÉSILIENNE CONTEMPORAINE : EXPLICATION DE SA PRODUCTION ACADEMIQUE

Fernando Baptista Leite

L'article est une étude préliminaire, exploratoire, de l'histoire de la Science Politique brésilienne. Nous cherchons à fournir des éléments auxiliaires pour identifier les raisons historiques derrière les deux principes de division de la production académique de la Science Politique contemporaine : le continu théorique et le continu de politique et de société. Premièrement, nous présentons le schéma théorique utilisé pour interpréter l'histoire de la Science Politique brésilienne. Nous profitons de cette présentation pour discuter quelques questions théoriques importantes, spécialement d'ordre conceptuelle. Deuxièmement, nous présentons l'hypothèse de recherche, construite à la lumière du schéma, avec l'objectif de fournir une direction pour l'élaboration de l'explication historique. Enfin, avec cet hypothèse dans les mains et en utilisant quelques évidences bibliographiques, nous anticipons une interprétation provisoire. Cet interprétation est basée sur les axes suivants : le processus d'institutionnalisation et le processus d'autonomisation du domaine de la Science Politique, divisé en deux types ; l'autonomisation culturelle (de valeurs, théories, méthodes etc.), et l'institutionnelle (qui fait référence au processus d'institutionnalisation de la discipline), qui impliquent un conflit plus ou moins explicite entre des visions distinguées de science politique.

MOTS-CLES : Science Politique brésilienne ; histoire de la Science Politique ; intellectuels ; principes de division ; visions de Science Politique.